



RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO 2020

Reportado à 30 de Junho de 2020

RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Standard Bank, S.A. mantém capital suficiente para cobrir as eventuais perdas de valor dos seus activos, garantindo a sua solvência, seja por motivos de gestão de risco, seja por motivos regulamentares. Tal é alcançado através da incorporação, de forma regular e sistemática, de uma proporção significativa dos seus resultados nos seus fundos próprios.

A margem de capital é particularmente relevante no contexto da doença covid-19 que evoluiu, no primeiro semestre de 2020, para o estado de pandemia. As consequências desta pandemia ditam o reposicionamento do banco para apoiar os seus clientes por ela impactados, minimizando os efeitos macroeconómicos causados pelo declínio da sua actividade, na medida do possível.

Aliás, a margem de capital é fixada pelo banco, tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes estes são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço, significativamente acima dos limites regulamentares, e serve para assegurar que o Standard Bank tenha capital suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de esforço.

O banco identifica, mensura, controla e mitiga os principais riscos de forma a que a sua mitigação seja efectiva e dentro da sua apetência pelo risco, criando parâmetros que permitam um equilíbrio entre este e o retorno esperado.

A gestão do risco é coordenada pela Direcção de Risco, sendo que a responsabilidade global pela gestão do risco no banco cabe ao Conselho de Administração através do seu papel de supervisão, e este por sua vez, delega determinadas responsabilidades pela gestão de risco às suas sub-comissões, de acordo com as políticas definidas pelo Conselho de Administração.

Os principais riscos, incluindo as subcategorias de riscos, a que o banco se encontra exposto, com maior relevância para a sua actividade, são o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco de negócio.

O risco de crédito recebe um alto grau de atenção e monitoria por parte do banco, dado o seu elevado nível de consumo de capital, tornando-o assim, o maior risco a que o banco está exposto. A gestão do banco garante que são alocados recursos suficientes para a sua mitigação, sendo que a definição de limites operacionais de crédito a níveis muito granulares dentro da carteira, permite aos gestores de crédito identificar tendências negativas atempadamente e colocar em prática as devidas medidas de mitigação. Aliás, ainda considerando o impacto da covid-19, o nível de incumprimento da carteira de crédito está dentro do apetite de risco definido.

Na categoria do risco operacional, um especial destaque vai, por um lado, para o risco cibernético (acontecimento externo) que tem estado a ganhar maior relevância no sistema financeiro moçambicano, com relatos cada vez mais frequentes de incidentes de fraude afectando as contas dos clientes, resultando num elevado impacto negativo a nível dos resultados, bem como a nível reputacional. De facto, a gestão deste risco é crucial, já que devido a pandemia da covid-19, há uma maior aderência no uso dos canais electrónicos.

Como forma de mitigar estas ameaças ou riscos cibernéticos, o banco tem unidades que gerem o risco cibernético e são responsáveis por garantir a efectividade dos controlos nas várias linhas de defesa e publica regularmente campanhas de sensibilização de ciber-segurança e testa a sua capacidade com exercícios de simulação de intrusão.

No âmbito do risco de negócio, com ênfase para o risco reputacional, e reconhecendo que as actividades e eventos externos relacionados com o banco desempenham um papel importante na forma como são percebidos pelas partes interessadas, o banco criou uma equipa de gestão de crise, bem como ferramentas de monitoria e recursos humanos que detectam as publicidades negativas ou ilegítimas sobre o Standard Bank.

A pandemia da covid-19 pode representar que os influxos de caixa sejam ligeiramente reduzidos e que com pressão cambial haja um elevado nível e consumo de capital. Entretanto, o banco continua resiliente e espera manter uma posição forte sob o ponto de vista de resultados, liquidez e capital, cumprindo com os requisitos regulamentares, ao mesmo tempo que se manterá dentro dos níveis de apetência pelo risco.

Assim sendo, a gestão de risco do Standard Bank é considerada apropriada e responde a os requisitos de gestão efectiva de risco, tendo uma base assente na mitigação e prevenção de eventos de risco, que possam expor o banco à uma situação de deterioração da sua posição de capital e liquidez e, consequentemente, comprometer a sustentabilidade do negócio, não descurando a sua atenção às medidas de mitigação dos efeitos da pandemia da covid-19 e reposicionando-se para apoiar os seus clientes, cumprindo ao mesmo tempo com os requisitos regulamentares.

2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Disciplina de Mercado, reportado à 30 de Junho de 2020, visa divulgar informação detalhada sobre a solvabilidade e a gestão do risco do Standard Bank, S.A. (doravante designado Standard Bank ou o “banco”), conforme o estabelecido no Aviso nº 16/GBM/2017, de 22 de Setembro de 2017, do Banco de Moçambique, conjugado com os critérios definidos pelo pilar 3 do Acordo de Basileia II.

Este documento foi elaborado em conformidade com os requisitos mínimos de divulgação constantes do anexo I do normativo acima referido e, como tal, o seu conteúdo tem uma óptica predominantemente prudencial. Os valores aqui reportados estão expressos em milhares de meticais.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração supervisiona a preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Standard Bank, que compreendem a demonstração da situação financeira, demonstração de resultados, demonstração de alterações de fundos próprios e demonstração de fluxos de caixa. As demonstrações financeiras são também objecto de escrutínio por um órgão independente, o Conselho Fiscal.

Em relação à informação apresentada neste Relatório de Disciplina de Mercado, reportado à 30 de Junho de 2020, o Conselho de Administração certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna, assegurando a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente à “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” e da “Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.”.

Mais adiante que não se verificou nenhum evento relevante durante o período entre o termo do exercício a que este relatório da Disciplina de Mercado se refere e a data da sua publicação, e que o Conselho de Administração se compromete a divulgar quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que este relatório se refere.

4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Standard Bank, S. A. é um banco privado, constituído em Moçambique, que se rege pela lei Moçambicana. Tem a sua sede na Avenida 10 de Novembro, nº 420, em Maputo e está registado na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o nº 4179 e no Banco de Moçambique como uma instituição financeira.

O banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holding Limited, com 98.15% das acções. O Stanbic Africa Holding Limited é uma subsidiária integralmente detida pelo Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes accionistas minoritários detêm 1.85% do banco.

O capital social do Standard Bank está representado por 776,400,000 acções ordinárias, de 5 Meticais cada, que correspondem a 3,882,000 milhares de meticais, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

No âmbito do seu objecto, o Standard Bank desenvolve actividades da banca comercial, banca de investimentos e presta serviços afins.

As demonstrações financeiras consolidadas do Standard Bank reflectem os resultados das operações do Banco e das suas subsidiárias detidas na totalidade, a “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” e a “Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.”, do exercício findo em 30 de Junho de 2020.

A “Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.” encontra-se registada no Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e foi criada exclusivamente para gerir e administrar o Fundo de Pensões Fechado dos Trabalhadores do Standard Bank, S.A., sendo o seu capital social de 3,750 milhares de meticais e a “Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.”, também registada no Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, foi criada para o exercício da actividade de correctagem de seguros nos ramos “vida” e “não vida” e para prestar suporte e aconselhamento em relação aos seguros e de criar mais-valia ao seu accionista e aos seu clientes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

A composição dos fundos próprios obedece o preconizado no aviso do Banco de Moçambique nº 8/GBM/2017, de 3 de Abril de 2017, conforme se segue:

5.1.1 FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1):

i) Elementos positivos:

- Capital realizado
- Prémios de emissão de acções e de outros títulos
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores
- Resultados positivos do último exercício
- Resultados positivos provisórios do exercício em curso
- Reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro
- Parcelas das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos
- Interesses minoritários.

ii) Elementos negativos:

- Acções próprias
- Activos intangíveis
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
- Resultados negativos do último exercício
- Resultados negativos do exercício em curso, no final do mês
- Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5
- Diferenças positivas de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial
- Insuficiência de provisões
- Os montantes de desvios actuariais negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós-emprego atribuídos pela entidade, que não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas, de acordo com a NIC 19.

5.1.2 FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2):

i) Elementos positivos:

- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo 11
- Outros elementos patrimoniais elegíveis, nos termos do artigo 12
- Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito
- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis
- Outras reservas de reavaliação positivas, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do artigo 17
- Outros elementos elegíveis definidos no n.º 5 do artigo 5
- Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13
- Parte liberada de acções preferenciais remíveis.

ii) Elementos negativos:

- Outros elementos próprios enquadráveis no artigo 3, pelo valor de inscrição no balanço.

5.2 FUNDOS PRÓPRIOS

À 30 de Junho de 2020, os fundos próprios do Standard Bank eram compostos maioritariamente por fundos próprios de base (tier 1), sendo que os fundos próprios totais ascenderam ao montante de 17,593,043 milhares de meticais, representando um decréscimo de 8.32%, comparado ao período de Dezembro de 2019, que fechou em 19,188,824 milhares de meticais.

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Jun-20	Dez-19
Fundos Próprios de Base Positivos		
Capital realizado	3 882 000	3 882 000
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	14 500 503	15 286 239
Total Fundos Próprios de Base Positivos	18 382 503	19 168 239
Fundos Próprios de Base Negativos		
Activos intangíveis	-715 866	-625 899
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-2 208	-2 208
Insuficiência de provisões	-1 141 471	-421 217
Total Fundos Próprios de Base Negativos	-1 859 544	-1 049 323
Fundos Próprios de Base Totais	16 522 958	18 118 916
Fundos Próprios Complementares Positivos		
Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	9 546	7 947
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 15	1 060 539	1 061 962
Total Fundos Próprios Complementares Positivos	1 070 085	1 069 908
Total dos Elementos a Deduzir		
Fundos Próprios	17 593 043	19 188 824

6. ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

O montante de capital detido pelo Standard Bank é calculado com base nos requisitos mínimos de capital regulamentar definidos pelo Banco de Moçambique (BM) para os riscos de crédito, de mercado e operacional. Os requisitos mínimos de fundos próprios regulamentares totais do SBM são avaliados em 13% dos activos ponderados pelo risco (APR), nos termos dos Avisos nº 9/GBM/2017 (“Regulamento Sobre os Rácios e Limites Prudenciais das Instituições de Crédito”) e Aviso nº 10/GBM/2018 (“Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistemica”).

Em acréscimo aos requisitos regulamentares mínimos, o Banco mantém um amortecedor de capital fixado tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes riscos são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço. O amortecedor serve para assegurar que o SBM tem capital

suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de tensão. O risco de crédito, o risco de mercado, o RTJCB, o risco operacional e o risco de negócio foram todos considerados na análise dos testes de esforço que deu origem a um requisito de um amortecedor de 4% da forma articulada na DAR.

Em resposta à alteração esperada do rácio de solvabilidade regulamentar mínimo, de 11% para 12%, o Banco reviu em Janeiro de 2020, a apetência pelo risco de 15% para 16%, e em Abril de 2020 o mesmo passou para 17%, atendendo ao requisito de capital adicional de 1%, apurado para o banco, de acordo com a sua importância sistémica.

Estas revisões reflectem o ambiente mais problemático e volátil em que o Banco opera e permitem garantir que o Banco mantém a todo o momento capital suficiente para cobrir o crescimento da sua carteira de activos, bem como fazer face a desvalorização do metical e aos desafios de mercado exacerbados pela pandemia da covid-19, e ainda observar o requisito regulamentar de aumento das provisões levadas ao capital para crédito vencido, o que leva a um aumento do consumo de capital para o balanço em moeda estrangeira. Este amortecedor dá à equipa de gestão uma visibilidade precoce das pressões sobre o capital e tempo suficiente para aplicar processos de reposição de capital, que exigem o cumprimento dos necessários procedimentos de governação.

O banco continuará a rever a sua apetência pelo risco à medida que a mudança no ambiente regulamentar e de negócio, assim o requeiram, com particular ênfase para o impacto da pandemia da covid-19.

Os requisitos de capital são comparados aos fundos próprios para efeitos de avaliação da solvabilidade, sendo que os fundos próprios incluem tanto os fundos próprios de base (tier 1), bem como os fundos próprios complementares (tier 2), de acordo com os regulamentos do BM, sendo que os respectivos ajustamentos no âmbito do Aviso n.º 05/GBM/2018 são tomados em consideração pelo banco para efeitos de determinação dos limites de concentração de risco.

6.1 REQUISITOS DE CAPITAL

6.1.1 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito é efectuada com recurso às normas emanadas pelo Banco de Moçambique, à luz do Basileia II.

O apuramento do risco de crédito baseia-se no cálculo dos activos ponderados pelo risco, nos termos do Aviso n.º 11/GBM/2013. O cálculo dos activos ponderados pelo risco (RWA) consiste em aplicar os coeficientes de risco previstos no aviso supramencionado às diversas categorias de posições em risco do balanço e extrapatrimoniais.

6.1.2 CLASSES DE RISCO DO BALANÇO E EXTRAPATRIMONIAIS

6.1.2.1 Ponderadores de Risco

1. *Posições em risco sobre administrações centrais e bancos centrais*

Posições em risco sobre administrações centrais de países e seus respectivos bancos centrais são ponderadas de acordo com as classificações das agências de crédito a exportação (ECA – *Export Credit Agencies*) que participam no “*Arrangement on Officially Supported Export Credits*”.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pela ECA são ponderadas de acordo com as classificações da Standard & Poor. Caso não estejam sujeitos a classificação desta agência, são ponderadas de acordo com as classificações da *Fitch Ratings* ou da *Mood*’s.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pelas agências ECA ou ECAI são ponderadas em 100%.

2. *Posições em risco sobre Organizações Internacionais*

É aplicado um ponderador de 0% às posições em risco sobre as seguintes organizações internacionais:

- BCE - Banco Central Europeu;
- BIS – *Bank for International Settlements*; e
- FMI - Fundo Monetário Internacional.

3. *Posições em risco sobre Empresas Públicas*

As posições em risco sobre empresas públicas são equiparadas às posições sobre empresas e, como tal, ponderadas em 100%.

Em casos excepcionais, as posições em risco sobre Empresas Públicas são tratadas como posições em risco sobre a Administração Central sempre que o Banco de Moçambique considere que não existem diferenças no risco destes tipos de posições, como resultado da existência de uma garantia apropriada prestada pela Administração Central.

4. *Posições em risco sobre Instituições de Crédito*

As posições em risco sobre instituições de crédito, incluindo as em moeda estrangeira, são ponderadas em função das classificações de crédito atribuídas pela ECA ou, caso não existam, pela ECAI (*Standard & Poor*).

No caso de instituições estabelecidas em países em que a administração central não é objecto de notação pela ECA ou pela ECAI, as posições em risco são ponderadas a um mínimo de 100%.

As posições em risco sobre instituições de crédito sediadas em Moçambique, que tenham um prazo de vencimento inicial não superior a três meses, denominadas e financiadas em Meticais, são objecto de uma ponderação de 20%.

5. *Posições em risco sobre empresas*

As posições em risco sobre empresas é aplicado um ponderador de risco de 100%, a menos que sejam cobertas por garantia ou colateral elegíveis, nos termos do Anexo III do Aviso n.º 11/GBM/2013, casos em que o ponderador desce para um risco inferior, compatível com o colateral ou com o emitente da garantia elegível.

6. *Outros Activos*

Todos os outros activos, incluindo as acções e outras participações de capital, salvo se forem deduzidas aos Fundos Próprios, são ponderados em 100%, com a excepção de:

a. **Créditos Vencidos:** a parte não-garantida de qualquer crédito (excepto créditos garantidos por hipoteca de habitação) vencido há mais de 90 dias, líquida de provisões específicas, incluindo write-offs, é ponderada nos seguintes termos:

- 150%, se as provisões específicas forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco;
- 100%, se as provisões específicas não forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco;
- 100%, quando as provisões específicas não forem inferiores a 50% do valor da posição em risco.

b. **Contas Extrapatrimoniais:** a ponderação das contas extrapatrimoniais é efectuada por tipos de classe de risco aos quais são aplicados diferentes factores de conversão de crédito (FCC), conforme abaixo descritos:

- 100%, para os elementos de risco elevado;
- 50%, para os de risco médio;
- 20%, para os de risco médio/baixo; e
- 0%, para os de risco baixo.

6.1.2.2 Classes de Risco do Balanço

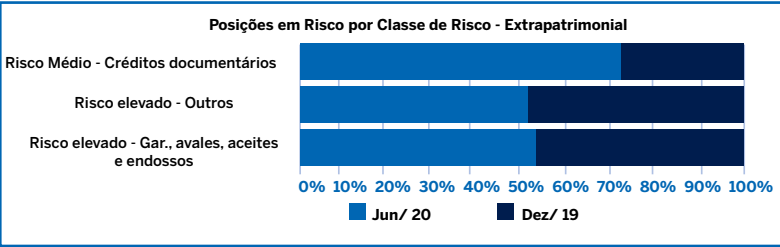
As posições em risco dos itens do Balanço ascenderam a 131,034,609 milhares de meticais à 30 de Junho de 2020, o que representa um crescimento em cerca de 8.97%, quando comparado ao período de Dezembro de 2019.

(Valores em milhares de Meticais)

Classe de Riscos no Método Padrão	Exposição Bruta	
	Jun-20	Dez-19
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 743 070	1 845 310
Administrações Centrais e Banco Centrais:		
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	69 426 656	69 002 122
Empresas Públicas	1 863 310	3 040 955
Instituições de Crédito	20 282 567	15 150 327
Empresas	24 825 961	19 297 164
Carteira de Retalho Regulamentar	5 331 550	4 983 159
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 771 917	1 682 065
Créditos Vencidos	1 014 028	479 545
Outros Activos	4 775 549	4 767 561
Total das Posições em Risco Originais	131 034 609	120 248 209

6.1.2.3 Classes de Risco Extrapatrimoniais

À 30 de Junho de 2020, as posições em risco dos itens extrapatrimoniais apresentaram um crescimento de cerca de 16.34%, comparativamente ao período de Dezembro de 2019, conforme se mostra abaixo:



6.1.3 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE MERCADO

O requisito de capital para o risco de mercado leva em conta apenas a componente do risco cambial, com recurso às posições cambiais, conforme se segue:

– As posições curtas líquidas e as posições longas líquidas são convertidas em meticais à taxa de câmbio de valorimetria e adicionadas de modo a formar o total das posições curtas líquidas e o total das posições longas líquidas;

– O mais elevado dos dois totais referidos no ponto anterior constitui a posição líquida a ser utilizada para efeitos de risco de mercado.

Abaixo reportamos a base de incidência para o cálculo de requisitos de capitais para a cobertura do risco cambial, à 30 de Junho de 2020, cujo valor ascendeu a 1,417,524 milhares de meticais:

(Valores em milhares de Meticais)

Países	Moedas		Tipos de Posições		Posições Estruturais e elementos deduzidos aos Fundos Próprios				Posições líquidas	
			Longa	Curta	Longa	Curta	Longa	Curta	Longa	Curta
			1	2	3	4	5	6	7	8
Estados Unidos da América	Dólar	USD	1 336 622	-	-	-	-	-	1 336 622	-
União Europeia	Euro	EUR	-	1 852	-	-	-	-	-	1 852
África do Sul	Rand	ZAR	77 262	-	-	-	-	-	77 262	-
Canadá	Dólar	CAD	-	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	Coroa	DKK	521	-	-	-	-	-	521	-
Reino Unido	Libra	GBP	200	-	-	-	-	-	200	-
Japão	Iene	JPY	-	364	-	-	-	-	-	364
Malawi	Kwacha	NWK	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	Coroa	NOK	362	-	-	-	-	-	362	-
Suécia	Coroa	SEK	52	-	-	-	-	-	52	-
Suíça	Franco	CHF	1 455	-	-	-	-	-	1 455	-
Zâmbia	Kwacha	ZMK	-	-	-	-	-	-	-	-
Zimbábwe	Dólar	ZWD	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauritius	Rupee	MUR	-	-	-	-	-	-	-	-
Austrália	Dólar	AUD	988	-	-	-	-	-	988	-
China	Renmimbi	CNY	61	-	-	-	-	-	61	-
Total (9)			1 417 524	2 217	-	-	-	-	1 417 524	2 217
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial (6)									1 417 524	

6.1.4 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL

A base de cálculo dos requisitos mínimos de capitais, à 30 de Junho de 2020, ascendeu a 1,945,938 milhares de meticais, como se mostra abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)

Actividades	Indicador Relevante			Base de Cálculo dos Requisitos Mínimos de Capitais
	2017	2018	2019	
	(1)	(2)	(3)	(4)
1. Total das Actividades Sujeitas ao Método do Indicador Básico	12 905 988	13 138 465	12 874 317	1 945 938
Descrição	A	B	C	
	2017	2018	2019	
(+) Juros e Rendimentos Similares	11 865 242	11 098 671	10 361 545	
(-) Juros e Encargos Similares	2 506 196	1 850 145	1 680 600	
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-	
(+) Comissões Recebidas	1 256 120	1 568 002	1 969 111	
(-) Comissões Pagas	10 356	25 652	36 985	
(+) Resultados de Operações Financeiras	2 338 444	2 541 368	2 379 564	
(+) Outros Resultados Operacionais	-37 266	-193 780	(118 319)	
	12 905 988	13 138 465	12 874 317	

6.2 RÁCIO DE SOLVABILIDADE

À 30 de Junho de 2020, o rácio de solvabilidade era igual a 22.07%, acima do mínimo regulamentar de 13%.

(Valores em milhares de Meticais)

Rácio de Solvabilidade	Jun-20	Dez-19
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	3 882 000	3 882 000
Reservas e resultados transitados	14 500 503	15 286 239
Activos intangíveis	-715 866	-625 899
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-2 208	-2 208
Insuficiência de provisões	-1 141 471	-421 217
Remanescente não deduzido aos fundos próprios complementares		
	16 522 958	18 118 916
Fundos Próprios Complementares		
Empréstimos subordinados	1 060 539	1 061 962
Outros	9 546	8 374
	1 070 085	1 070 336
Total dos Elementos a Deduzir		
Total dos Fundos Próprios	17 593 043	19 189 252
Activos Ponderados pelo Risco		
Risco de Crédito (do Balanço)	52 247 599	42 341 719
Risco de Crédito (Extrapatrimoniais)	24 117 904	21 231 628
Risco Operacional	1 945 938	1 798 129
Risco de Mercado	1 417 524	103 527
Total	79 728 965	65 475 003
Rácio de Solvabilidade	22.07%	29.31%

- **Risco de mercado:** definido como sendo a possibilidade de alteração do valor de mercado, dos proveitos correntes ou efectivos ou dos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, incluindo mercadorias, causada por movimentos adversos em variáveis de mercado, tais como os preços de acções, obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e taxas de juro, margens de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis. Ele inclui, como tal, o risco cambial e o risco da taxa de juro da carteira bancária.
- **Risco de liquidez:** é definido como o risco que o banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em condições claramente desvantajosas. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.
- **Risco operacional:** é o risco de perdas em consequência de processos que falharam ou que sejam inadequados, de questões relacionadas com pessoas, sistemas internos ou acontecimentos externos. Compreende o risco da informação, o risco legal, o risco de conformidade e o risco de crime financeiro. O risco estratégico, o risco reputacional e o risco de negócio não são cobertos pela definição, no entanto, os efeitos de eventos de risco operacional na reputação são considerados para efeitos de informação de gestão.
- **Risco de negócio:** é o risco de perdas, normalmente decorrentes de estruturas de custos inflexíveis ou de ineficiências, devido a condições operacionais adversas causadas por pressões induzidas pelo mercado, tais como uma redução da procura, um aumento da concorrência ou aumentos de custos, e por causas específicas do Standard Bank, tais como escolha da estratégia (*risco estratégico*), danos para a reputação ou a decisões de absorver custos ou perdas para preservar a reputação (*risco reputacional*).

8. RISCO DE CRÉDITO

A concessão de crédito fundamenta-se na avaliação dos riscos que podem ter impacto na capacidade futura dos clientes fazerem face aos compromissos assumidos perante o banco, sendo o desafio na gestão do risco de crédito, encontrar um equilíbrio entre a qualidade do crédito e o crescimento da carteira, complementando a eficiência às exigências de regulamentação e supervisão.

8.1 DEFINIÇÃO

O risco de crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. Este é composto pelo risco da contraparte, risco de concentração, risco de liquidação e pelo risco do país.

8.2 CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Risco da contraparte: é o risco de perdas que resultam de uma contraparte não querer ou não poder cumprir as suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. O risco da contraparte é composto por três componentes:

- **Risco de crédito primário,** que corresponde à exposição em incumprimento (“EEI”) resultante do crédito e actividades relacionadas com produtos bancários, incluindo a sua subscrição;
- **Risco de crédito pré-liquidação,** que corresponde à EEI resultante de operações a prazo não liquidadas e com instrumentos derivados, decorrente do incumprimento da operação pela contraparte e mensurado como o custo de substituição da operação às taxas de mercado em vigor na data relevante;
- **Risco do emitente,** que corresponde à EEI resultante de produtos de crédito e de capitais negociáveis, incluindo a sua subscrição. O risco do emitente relativo a estes instrumentos de crédito detidos é reconhecido como risco de crédito.

Risco de concentração de crédito: é o risco de perdas decorrente de uma concentração excessiva da exposição, entre outros, a uma única contraparte ou segmento de contrapartes, um sector de actividade, um mercado, um produto, um instrumento financeiro ou um tipo de valor mobiliário, um país, uma região ou um prazo. Verifica-se tipicamente esta concentração quando um determinado número de contrapartes está envolvido em actividades semelhantes e tem características semelhantes que levam a que a sua capacidade para cumprir as obrigações contratuais seja afectada de forma parecida por alterações das condições económicas ou de outra natureza.

Risco de liquidação: é o risco de perdas para o banco decorrentes da liquidação de uma operação, em que o valor é pago mas o contra-valor não é recebido na totalidade ou em parte.

Risco do país ou risco das transferências internacionais: decorre da incerteza de que os devedores possam não ser capazes de cumprir as suas obrigações perante o banco, tratando-se de países diferentes, devido às condições políticas ou económicas no país da contraparte.

8.3 MENSURAÇÃO E MODELAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Todos os modelos relevantes usados na mensuração, modelação e gestão do risco de crédito cumprem com a regulamentação aplicável e, em particular, os requisitos das abordagens baseadas em classificações internas do Acordo de Basileia, quando aplicáveis. O desenvolvimento, validação, aprovação, testes permanentes e revisão dos modelos são realizados no devido cumprimento dos requisitos da Política de Governação dos Modelos de Crédito do Standard Bank.

O Standard Bank adoptou desde Janeiro de 2018 a Norma Internacional de Relato Financeiro NIRF 9, que estabelece princípios para o reporte dos instrumentos financeiros. De acordo com a sua metodologia, para activos financeiros onde é necessário o cálculo da imparidade, os mesmos são classificados em três estágios (1, 2 e 3), dos quais o estágio 3 refere-se ao crédito vencido (*NPL - Non-Performing*).

Associado às perdas esperadas, o modelo requer, para os estágios 1 e 2, que seja incorporada a informação relativa às perspectivas macro-económicas (*forward looking*), onde é feita a ponderação de diferentes cenários e as respectivas probabilidades de materialização.

De acordo com a NIRF 9, para as facilidades onde se detecte que o risco de crédito deteriorou significativamente, desde a originação das mesmas (referida como fase 2), a imparidade mantida ou calculada baseia-se no prazo de maturidade ou vigência na carteira (*Lifetime*).

A expectativa de perdas para as facilidades onde o risco de crédito não aumentou significativamente (referido como estágio 1), é limitada às perdas esperadas nos 12 meses que se seguem à data do reporte ou igual ao prazo remanescente da facilidade, se a mesma for inferior à 12 meses.

Essas imparidades são calculadas como a Perda Esperada de Crédito (PEC) e a NIRF 9 define a PEC como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos no instrumento e todos os fluxos de caixa que o banco espera receber, ou seja, todos os deficits de caixa, descontado à taxa de juro efectiva original (EIR).

8.4 ABORDAGEM DE IDENTIFICAÇÃO, DETERMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A identificação dos riscos materiais e determinação dos níveis de risco é supervisionada pelos órgãos de Administração.

Ao determinar quais os riscos considerados relevantes para o banco, existem alguns elementos cruciais levados em consideração:

- As auto-avaliações de risco e controlos periódicos realizados pelos comités de gestão que identificam os riscos que podem ameaçar a realização e o alcance dos objectivos do negócio;
- O histórico de perdas, bem como potenciais perdas futuras;
- Os riscos de acordo com quantidades significativas de capital económico e alocados pelo regulador; e
- A definição de liames de relevância aconselhados pelo regulador (Banco de Moçambique).

As facilidades de crédito concedidas à entidades relacionadas ou à qualquer outra entidade não relacionada, são tratadas na mesma base de concessão de crédito e o risco de crédito tratado do mesmo modo. Estas operações são regidas de acordo com as normas do Banco de Moçambique, bem como as do Grupo Standard Bank.

A política do Standard Bank para a avaliação do risco da contraparte e de concentração no âmbito dos riscos de crédito enquadra-se nas "Normas de Governação do Risco de Crédito", aprovadas pelo Conselho de Administração e que respondem às exigências do Banco de Moçambique, definidas através do Aviso n.º 11/GBM/2013 e da Circular n.º 03/SCO/2013, ambos de 31 de Dezembro, do Aviso n.º 9/GBM/2017, de 3 de Abril e do Aviso n.º 5/GBM/2018 de 6 de Junho.

8.5 RISCO DA CONTRAPARTE

É atribuído um ponderador de crédito a cada contraparte com a qual o Standard Bank tenha uma exposição ou um limite aprovado. Essa avaliação é executada regularmente (pelo menos anualmente), arquivada e gerida em modelos de ponderadores reconhecidos e aprovados pelo banco, devendo ser independente da influência da origem do negócio.

As exposições e/ou facilidades separadas da mesma contraparte são classificadas com o mesmo ponderador da contraparte, sempre que relevantes, independentemente de eventuais diferenças na natureza de cada exposição e/ou facilidade específica, excepto se as diferentes exposições e/ou facilidades preencherem os critérios para uma distinção no ponderador entre moeda local e moeda estrangeira. Cada ponderador de crédito é atribuído de acordo com uma Probabilidade de Incumprimento associada.

As diferentes classes de activos e ponderadores de contraparte são associados à Probabilidades de Incumprimento diferentes, existindo uma escala universal ou principal de Probabilidades de Incumprimento, no sentido de possibilitar uma visão global do risco de crédito em toda a carteira do banco em termos de Probabilidades de Incumprimento e uma comparação do risco de crédito entre as diferentes classes de activos. As Probabilidades de Incumprimento são sempre usadas para determinar as perdas esperadas.

O risco da facilidade decorrente de factores específicos da exposição e/ou facilidade, tais como garantias e hierarquia da dívida, é medido e tratado como parte da análise de mitigação do risco de crédito e não deve afectar nem ter impacto no ponderador da contraparte.

O apoio externo facultado a uma contraparte, por oposição aos factores de mitigação, é reconhecido no processo de ponderação numa base definida, aplicada uniformemente.

8.6 TOTAL DA EXPOSIÇÃO BRUTA E MÉDIA AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de crédito decresceu em cerca de 17,2%, quando comparado com o período de Dezembro de 2019, desdobrando-se como se segue:

(Valores em milhares de Meticais)				
Descrição	Exposição Bruta Jun-20	Média Jun-20	Exposição Bruta Dez-19	Média Dez- 19
Carteira de crédito pelos principais tipos de produto				
Crédito a Habitação	1 955 669	1 942 697	1 875 674	1 893 507
Empréstimos com Hipoteca de Edifício Comercial do Mutuário	279 322	216 026	827 447	667 147
Locação Financeira	664 659	698 284	652 654	527 263
Empréstimos sem Hipoteca	32 241 649	30 301 757	26 630 538	27 667 971
Total	35 141 299	-	29 986 313	-
Extrapatrimoniais				
Garantias, Avals	14 043 893	13 311 250	12 247 791	13 304 884
Créditos Documentários	2 200 246	1 516 085	886 056	1 452 944
Facilidades não Utilizadas	8 975 654	9 458 226	8 543 538	9 668 192
Total	25 219 793	-	21 677 385	-

8.7 CONCENTRAÇÃO DE RISCO

São definidos limites de concentração de risco em relação ao capital económico, ao total de activos ou, nos casos em que existam medidas adequadas, ao nível global de riscos. Nos casos em que os limites de concentração são definidos em relação ao capital económico, tal não impede uma actividade de definir limites adicionais dentro destes.

O banco gere limites de concentração de risco de crédito onde quer que os mesmos sejam identificados (contrapartes individuais e grupos, sectores e países). Os níveis de risco de crédito são estruturados colocando-se limites no valor do risco aceite na relação com o mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. As concentrações do nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por País são aprovados trimestralmente pela Comissão de Crédito do Conselho de Administração.

Quando se verifica uma violação dos limites de concentração e não puder ser definido um custo de mitigação adequado para essa violação ou a mesma não puder ser mitigada, o Comité de Gestão de Risco de Crédito determina e recomenda tais violações à Comissão de Crédito do Conselho de Administração para aprovação.

8.7.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito encontrava-se distribuída, à 30 de Junho de 2020, pelas zonas Norte, Centro, Sul e Cidade de Maputo, conforme a tabela abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)					
Exposição de Crédito a Clientes (Classes de Risco)	Cidade de Maputo	Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte	Total
Entidades do Sector Publico	334 532	-	-	-	334 532
Empresas Públicas	1 863 310	-	-	-	1 863 310
Empresas	19 675 038	2 426 658	2 152	571 793	24 825 961
Carteira de Retalho Regulamentar	2 473 308	501 692	1 575 938	780 612	5 331 550
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 567 883	24 080	148 273	31 682	1 771 917
Créditos vencidos	716 290	29 323	89 025	179 390	1 014 028
Total	26 630 360	2 981 753	3 965 709	1 563 476	35 141 299

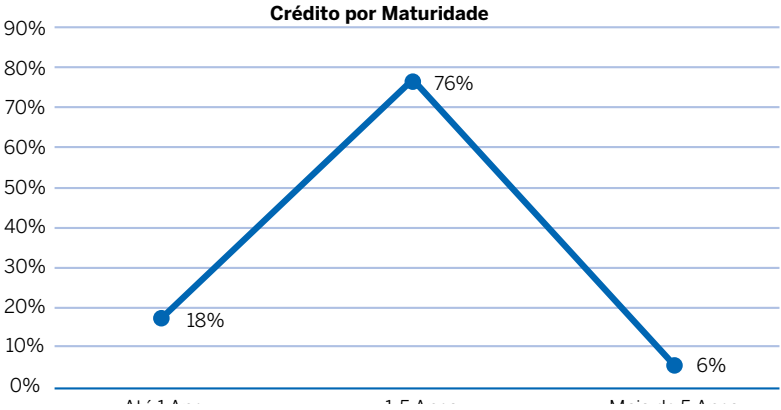
8.7.2 DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR SECTORES

A exposição do crédito por sectores, à 30 de Junho, estava repartida como se segue:

Sector de Actividade Económica	Crédito à Habitação	Empréstimos com Hipoteca de Edifício Comercial do Mutuário	Locação Financeira	Empréstimos sem Hipoteca	Total
Agricultura	-	596 249	49 637	674 225	1 320 110
Comércio	1 416	1 079 234	87 506	902 716	2 070 873
Construção e obras publicas	588	275 422	94 772	5 801 955	6 172 737
Electricidade, gás e água	-	879	1 351	1 080 152	1 082 381
Industria de transformação	1 961 538	457 891	247 295	5 169 417	7 836 141
Indústria de turismo	-	33 064	6 360	143 138	182 561
Industrias extractivas	-	-	2 021	1 040	3 060
Instituições financeiras não monetárias	-	120 750	-	979	121 729
Outros sectores	-	235 067	41 034	5 446 021	5 722 122
Pecuária	2 123	2 348 947	82 266	7 837 615	10 270 951
Pescas	-	977	25 674	142 510	169 162
Silvicultura e exploração florestal	-	44 869	21 129	107 434	173 432
Transportes e comunicações	-	-	5 615	10 424	16 039
Total	1 965 665	5 193 349	664 659	27 317 626	35 141 299

8.7.3 EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO POR MATURIDADE

À 30 de Junho de 2020, o crédito com maturidade entre 1 à 5 anos apresentava a concentração mais significativa.



8.8 CRÉDITO VENCIDO OBJECTO DE IMPARIDADE

Crédito vencido especificamente afectado por imparidade refere-se ao crédito que está em incumprimento, para o qual existe uma diminuição mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, de forma que não se espera uma recuperação integral do valor registado na carteira de crédito.

Estes são analisados em maior detalhe nas seguintes categorias:

- Itens que apresentam fragilidades subjacentes bem definidas e são especificamente considerados como estando em estado de imparidade (itens em estado de imparidade);
- Itens ainda não considerados perdas finais devido a factores específicos que poderão fortalecer a qualidade dos itens (em mora ou com mitigantes);
- Itens considerados incobráveis, na totalidade ou em parte. O banco estabelece provisões completas para as suas perdas, depois de levar em conta a garantia (crédito vencido – non-performing loan).

A determinação de evidências objectivas de imparidade é feita por classificação interna, nos termos da NIRF 9, com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Standard Bank:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário;
- Violação de acordos ou condições de empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia;
- Desclassificação abaixo do nível de investimento.

A política do banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano ou mais regularmente, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas a data de relato, caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em modelos colectivos é efectuada relativamente a:

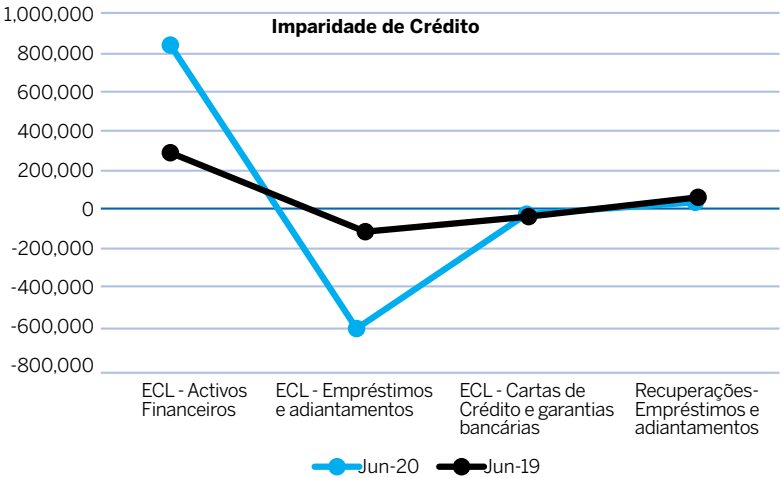
- Carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e
- Perdas que tenham sido incorridas, mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiencia histórica disponível, com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

Para efeitos contabilísticos, o conceito de crédito em incumprimento adopta a definição prevista pelo aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, e agrega o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como crédito vencido.

8.9 RECUPERAÇÕES REGISTADAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

É política do banco sanear exposições de crédito atingindo estas 180 dias em incumprimento, quer por ausência de fluxos de caixa suficientes para liquidar as prestações contratualmente acordadas ou por incapacidade financeira. Após o saneamento as contas passam por um processo de reavaliação, determinando-se as que são definitivamente irrecuperáveis e as que ainda podem ser recuperadas, ainda que em condições diferentes das anteriormente contratadas. Neste contexto, o oficial responsável assegura que todos os activos relacionados com os colaterais foram realizados, os activos são recuperados e vendidos, se possível, e as propriedades são vendidas numa execução judicial.

A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se considera terem algum potencial para recuperação são sub-contratadas a agentes ou é instituída uma acção legal relacionada com o montante do saldo a liquidar.



9. MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

9.1 MEDIDAS DE CONTROLO DA EXPOSIÇÃO EM INCUMPRIMENTO (EEI)

Todas as exposições são mensuradas de forma a garantir que tanto a exposição corrente, bem como a exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada) sejam registadas.

O risco de crédito primário decorrente da exposição em dívida é mensurado de acordo com o valor contabilístico para exposições desembolsadas, incluindo os juros corridos, sem dedução de imparidades do crédito e eventuais abates parciais que já tenham sido efectuados, e com a mensuração da expectativa da exposição adicional que possa surgir em caso de incumprimento.

O risco de pré-liquidação é mensurado com base na exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada), tendo implicitamente em conta a liquidez e explicitamente a volatilidade do activo de referência ou o preço do instrumento ou produto e o prazo da exposição.

O risco de crédito do emitente, decorrente de instrumentos de crédito detidos na carteira de negociação é mensurado de acordo com os requisitos das Normas de Risco de Mercado. Na medida em que os instrumentos de crédito que dão origem ao risco do emitente sejam detidos na carteira bancária, devem os mesmos ser mensurados como risco de crédito primário e ficam abrangidos pelos requisitos das Normas de Crédito.

O risco de liquidação é mensurado em base hipotética (notional), assumindo que o contravalor não será recebido. O perfil de liquidação diário da contraparte em causa deve corresponder ao valor agregado de todas as liquidações devidas pela contraparte nessa data, em base bruta ou líquida, em função dos acordos subjacentes preverem ou não a compensação.

9.2 POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE CAUÇÕES

O Standard Bank define caução como um bem de valor, dado em garantia do bom pagamento das responsabilidades do cliente, sobre o qual o banco pode assumir o controlo ou a posse, na eventualidade de incumprimento por parte do cliente, designadamente resgate de depósitos a prazo, accionamento de apólices de seguro, execução de hipoteca.

O processo de gestão de cauções compreende as fases de preparação, registo, manutenção, custódia e arquivo de documentação.

Não é política do Standard Bank conceder crédito exclusivamente contra apresentação de garantias, sendo a capacidade de reembolso o principal critério de aprovação.

São concedidos, em primeiro lugar, empréstimos se a contraparte satisfizer os critérios normais de crédito, ou seja, rentabilidade, viabilidade, sustentabilidade e a capacidade de reembolsar as dívidas. A prestação de garantia refere-se a uma forma segura contra eventos imprevistos que possam resultar na incapacidade de reembolso da dívida pelo mutuário a partir de outras fontes, pelo que na tomada da caução é assegurado que toda a documentação se encontre completa e em ordem do ponto de vista jurídico. O banco obtém um título válido e incontestável, ou seja, algo que não pode ser posto em causa sem dificuldade ou despesa, de modo que a titularidade do activo não seja objecto de contestação ou disputa jurídica.

As garantias devem ser prontamente realizáveis em todas as condições e circunstâncias. Idealmente, a garantia deve ser de tal natureza que a conversão do activo em numerário constitua um procedimento simples e fácil para o banco. Determinados empréstimos no banco são reembolsáveis mediante solicitação. Nestas circunstâncias, não é desejável aceitar garantias que apenas possam ser realizadas após um longo período de tempo.

O Standard Bank implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias e colaterais de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantias, incluindo os derivados financeiros, para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre propriedades residenciais;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, como títulos de divida, acções e os derivados de crédito.

Os financiamentos e empréstimos de longo prazo concedidos a entidades empresariais são geralmente garantidos e as facilidades rotativas de crédito individual são geralmente concedidas sem se exigir garantia. Como forma de minimizar a perda de crédito, o banco procura obter garantias adicionais da contraparte, logo que forem observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais pertinentes.

A garantia detida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitas a entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Standard Bank efectua a avaliação das cauções antes da concessão e durante o período de vigência dos financiamentos.

As garantias são avaliadas de forma que o valor não esteja sujeito a grandes flutuações e é efectuada por avaliadores independentes e especializados, aprovados pela comissão de gestão de risco de crédito e pelos membros da administração.

Todos os activos detidos em carteira como garantia são sujeitos a reavaliação, efectuada de imediato ou periodicamente, anualmente, à cada 3 anos, dependendo da situação e do tipo de financiamento concedido. O processo de reavaliação de cauções é efectuado pelo painel de avaliadores que é aprovado e revisto anualmente pelo banco, permitindo a obtenção de avaliações diversificadas na avaliação da perda estimada de créditos irregulares.

9.3 PRINCIPAIS TIPOS DE COLATERAIS OBTIDOS PELO BANCO

Cumprindo com os requisitos preceituados no Aviso n.º 11/GBM/2013, de 31 de

Dezembro, e por forma a mitigar ou reduzir o nível de exposição de risco associada ao crédito, o banco adopta os seguintes tipos de colaterais e garantias:

- **Colaterais:**
 - Depósito em numerário;
 - Títulos de dívida, emitidas pelas entidades descritas no aviso 11/GBM/2013.
 - Outros instrumentos emitidos por instituições de crédito terceiras que cumpram a legislação em vigor.
- **Garantias (incluindo bens imóveis):**
 - Garantia on *first demand* (incluindo contragarantias);
 - Hipotecas de imóveis (habitação, industrial ou comercial e outros);
 - Penhor de equipamentos;
 - Penhor de depósitos ou outros activos financeiros;
 - Outros.

De acordo com o preceituado no Aviso n.º 11/GBM/2013, de 31 de Dezembro, a garantia representa um direito resultante de um compromisso assumido pelo emitente da protecção e deve cobrir de forma explícita exposições ou conjunto de exposições, servindo este instrumento como mecanismo de mitigação de risco. Dependendo do perfil de risco dos clientes, o produto associado e o termo da facilidade, o banco fará o uso das categorias acima de colaterais de modo a minimizar o impacto de possíveis perdas e fazer a gestão do seu apetite de risco.

9.4 CONCENTRAÇÃO DE RISCO AO NÍVEL DOS MITIGANTES TOMADOS
As Probabilidades de Incumprimento (PDI's) são determinadas a partir de dados disponíveis, fornecidos externa ou internamente ou recorrendo a um quadro uniforme derivado de uma avaliação especializada.

A metodologia para determinar a recuperação estimada na sequência do incumprimento dum devedor tem em conta:

- As recuperações estimadas, monetárias e não monetárias;
- Os custos estimados, directos e indirectos;
- O valor monetário do tempo através da aplicação da taxa de desconto relevante, aplicada de forma uniforme às diferentes classes de activos.

O Standard Bank detém uma carteira de crédito coberta em 1% por penhor de depósitos (colateral) e 44.25% por garantias imóveis.

O crédito à Banca Corporativa e de Investimentos representa 67% do total da carteira de empréstimos e os mitigantes são maioritariamente constituídos por cartas de garantias ou de suporte de empresas mãe.

Em termos de avaliação de risco:

- A exposição coberta por colaterais não representa risco eminente para o banco;
- A carteira de retalho regulamentar tem, em termos de colateral, uma cobertura de 19.75%, composta maioritariamente por créditos garantidos por hipoteca (pequenas e médias empresas). O remanescente desta carteira, sem cobertura, é mitigado considerando-se os pressupostos de perda em conjugação com os indicadores de mercado, através de revisões periódicas de parâmetros de concessão de crédito de modo a manter o risco da carteira a níveis aceitáveis;
- O total da exposição garantida por bens imóveis está integralmente coberto, sendo o grau de cobertura superior a 100% da exposição reportada à 30 de Junho de 2020.

No crédito vencido, 58.46% da exposição é coberta por hipoteca de imóveis, sendo que o remanescente não coberto (41.54%) representa um risco baixo, sobre o qual são aplicadas estratégias de recuperação e reestruturação.

A tabela abaixo resume o total da exposição bruta de crédito, pelos principais tipos de crédito, a nível dos mitigantes tomados, à 30 de Junho de 2020:

(Valores em milhares de Meticals)			
Classe de Riscos no Método Padrão	Exposição Bruta	Garantias	
		Penhor de Depósitos	Outras Garantias
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 743 070	-	-
Administrações Centrais e Banco Centrais			
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	69 426 656	-	-
Empresas Públicas	1 863 310	-	-
Instituições de Crédito	20 282 567	-	-
Empresas	24 825 961	66 625	9 339 922
Carteira de Retalho Regulamentar	5 331 550	198 452	1 052 767
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 771 917		4 598 463
Créditos Vencidos	1 014 028	-	592 765
Outros Activos	4 775 549	-	-
Total das Posições em Risco Originais	131 034 609	265 077	15 583 916
Extrapatrimoniais			
	Exposição Bruta		
Garantias e avales	14 043 892.55		
Crédito documentário	2 200 246.47		
Facilidades não Utilizadas	8 975 654.45		
Total	25 219 793.47		

9.5 PRINCIPAIS TIPOS DE GARANTES E CONTRAPARTES DE DERIVADOS DE CRÉDITO E A SUA CAPACIDADE FINANCEIRA DE OBTER CRÉDITO

O Standard Bank, no decurso das suas actividades, concede créditos com recurso a contragarantias de crédito, sendo a sua maior concentração na carteira Corporativa e de Investimentos, com uma exposição global de cerca de 51 biliões de Meticals (incluindo as contas extrapatrimoniais), em que 16.64% da mesma beneficia de apoio implícito/explicito da empresa mãe, em forma de garantias ou carta conforto.

A redacção da garantia e ou carta conforto determina se o apoio é implícito ou explícito, bem como qual o papel que as filiais desempenham para o grupo económico global. Ou seja, determina o nível de apoio financeiro fornecido pela empresa-mãe em base contínua, e o apoio que se pode esperar em caso de esforço financeiro.

Apesar da existência de garantia e ou carta conforto, o Standard Bank considera como princípio primordial a determinação de solvabilidade de qualquer contraparte, o balanço da própria entidade local e a capacidade de geração de fluxos de caixa do negócio como primeira fonte para reembolso. A avaliação global do risco de crédito é feita, em primeiro lugar, para o desempenho financeiro da entidade local e, em segundo lugar, para a sua empresa-mãe, como recurso alternativo a fraca capacidade de gerar receitas suficientes para o reembolso da exposição bancária num cenário de esforço.

O recurso a carta conforto e ou garantia empresarial só é considerado num cenário de incumprimento. Os critérios para determinação do risco de reembolso da empresa-mãe são semelhantes ao elaborado para as entidades locais onde são fornecidas informações financeiras e informações qualitativas para a determinação e classificação do rating e sua capacidade de reembolso:

- A condição primária para qualquer entidade ser aceite como garante é a sua capacidade financeira para acomodar qualquer pagamento futuro e as entidades do Standard Bank dentro do grupo desfrutam de um forte relacionamento com todas outras entidades onde tenham sido fornecidas garantias ou cartas conforto, sendo a maioria dos grupos financeiramente fortes, respeitáveis e

listados em diferentes mercados, bolsa de valores onde a quota e o preço por acção atinge as mais elevadas posições;

- As exposições cobertas por garantias e ou cartas conforto beneficiam de apoio financeiro e técnico satisfatório de um conglomerado financeiramente forte e respeitável que demonstra o compromisso e a capacidade de continuar a apoiar as subsidiárias;
- A avaliação global da carteira de crédito coberta por este tipo de garantias é de baixo risco. As exposições são reavaliadas anualmente, sendo neste exercício revista a capacidade de reembolso e o desempenho financeiro da entidade local e de suporte, emitindo-se um parecer em cada revisão.

9.6 MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO

A execução do crédito, incluindo as operações, processos e procedimentos de crédito, é assegurada de forma independente pela função de Crédito, sob os auspícios do respectivo Director de Crédito e comissões seniores de governação de crédito.

Todos os tipos de garantias são tratados como um potencial factor de mitigação das probabilidades de incumprimentos, desde que a Departamento do Crédito

esteja convencida do seu valor e do direito jurídico do banco em assumir o controlo e realizar tais garantias para anular a exposição.

As garantias detidas por terceiros e a subordinação estrutural ou preferencial não são levadas em consideração na determinação das probabilidades de incumprimentos, podendo ser considerados factores de mitigação para efeitos regulamentares, caso sejam reunidas as condições previstas pelos regulamentos aplicáveis.

O Standard Bank procura manter uma carteira de risco de crédito adequadamente diversificada e que evite concentrações de risco excessivas desnecessárias, onde o risco de concentração deve ter um preço atribuído ou ser mitigado.

Os riscos envolvidos na gestão do risco de crédito da contraparte e o risco de concentração decorrente de mecanismos tais como programas de titularização e derivados de crédito complexos são avaliados e mensurados.

Quando se verificar a violação dum limite de concentração ao nível duma unidade de negócio ou entidade jurídica, a mesma deverá ser aprovada por comissões específicas.



COM O STANDARD BANK É POSSÍVEL

Standard Bank **É POSSÍVEL**

Seguem abaixo os índices de concentração de risco de crédito:

Quadro 1: Índice de Concentração Sectorial

Código	Sector de Actividade Económica	Montante da Exposição Sobre o Sector (X)	X^2	% Relativamente ao Montante da Exposição Total
1	Agricultura	1 436 192	2 062 647 866 215	2.79
2	Pecuária	182 561	33 328 675 786	0.36
3	Silvicultura e exploração florestal	3 060	9 365 377	0.01
4	Pescas	121 729	14 817 954 405	0.24
5	Indústrias extractivas	11 737 387	137 766 255 087 807	22.84
6	Indústria de transformação	10 661 248	113 662 200 075 278	20.75
7	Electricidade, gás e águas	530 097	281 003 182 443	1.03
8	Construção e obras públicas	2 301 102	5 295 071 210 125	4.48
9	Indústria de turismo	23 786	565 784 946	0.05
10	Comércio	3 350 259	11 224 235 276 155	6.52
11	Transportes e comunicações	9 717 938	94 438 328 105 540	18.91
12	Instituições financeiras não monetárias	2 779 271	7 724 346 183 846	5.41
13	Outros sectores	8 540 806	72 945 370 927 219	16.62
Total (ΣX e ΣX²)		51 385 438	445 448 179 695 142	100.00
(ΣX)²			2 640 463 212 851 610	
Índice de Concentração Sectorial			16.87%	
Nota: Nos outros sectores encontram-se maioritariamente População, Consumo e Diversos.				

Quadro 2: Índice de Concentração Individual

(Valores em milhares de Meticais)					
Contraparte	Montante de Exposição da Contraparte (X)	X²	Contraparte	Montante de Exposição da Contraparte (X)	X²
Ciente 1	3 307 603	10 940 240 404 304	Ciente 51	72 733	5 290 068 039
Ciente 2	3 251 457	10 571 970 921 784	Ciente 52	70 644	4 990 563 696
Ciente 3	3 192 603	10 192 712 101 189	Ciente 53	66 982	4 486 543 896
Ciente 4	2 895 137	8 381 819 949 257	Ciente 54	60 630	3 675 979 212
Ciente 5	2 101 813	4 417 618 817 652	Ciente 55	57 170	3 268 416 329
Ciente 6	1 585 520	2 513 872 425 799	Ciente 56	56 623	3 206 146 499
Ciente 7	1 355 529	1 837 459 516 212	Ciente 57	56 602	3 203 806 276
Ciente 8	1 115 017	1 243 264 007 154	Ciente 58	54 524	2 972 867 053
Ciente 9	1 077 250	1 160 467 062 613	Ciente 59	53 418	2 853 466 446
Ciente 10	969 358	939 655 314 925	Ciente 60	52 110	2 715 428 033
Ciente 11	929 876	864 669 377 794	Ciente 61	49 929	2 492 873 925
Ciente 12	929 474	863 922 291 421	Ciente 62	47 149	2 223 060 787
Ciente 13	788 934	622 417 084 390	Ciente 63	46 812	2 191 392 019
Ciente 14	788 934	622 417 083 285	Ciente 64	45 928	2 109 414 096
Ciente 15	644 869	415 855 615 141	Ciente 65	45 888	2 105 682 730
Ciente 16	602 072	362 490 228 577	Ciente 66	44 775	2 004 829 813
Ciente 17	535 903	287 192 022 815	Ciente 67	44 029	1 938 543 585
Ciente 18	535 036	286 263 827 165	Ciente 68	42 308	1 789 945 418
Ciente 19	457 830	209 608 444 958	Ciente 69	40 303	1 624 318 708
Ciente 20	416 555	173 517 782 189	Ciente 70	39 423	1 554 193 926
Ciente 21	360 867	130 225 164 010	Ciente 71	39 306	1 544 956 682
Ciente 22	338 421	114 528 634 698	Ciente 72	38 598	1 489 781 663
Ciente 23	337 018	113 581 336 051	Ciente 73	37 712	1 422 172 899
Ciente 24	334 532	111 911 831 020	Ciente 74	36 360	1 322 049 600
Ciente 25	309 694	95 910 569 549	Ciente 75	36 269	1 315 430 170
Ciente 26	301 175	90 706 525 725	Ciente 76	35 022	1 226 509 257
Ciente 27	227 308	51 669 017 496	Ciente 77	33 384	1 114 459 789
Ciente 28	208 394	43 427 976 295	Ciente 78	32 882	1 081 257 849
Ciente 29	184 181	33 922 726 048	Ciente 79	31 542	994 908 787
Ciente 30	166 944	27 870 183 638	Ciente 80	30 571	934 592 363
Ciente 31	162 654	26 456 445 684	Ciente 81	30 012	900 746 893
Ciente 32	152 551	23 271 656 048	Ciente 82	29 924	895 434 273
Ciente 33	146 144	21 358 002 752	Ciente 83	28 677	822 377 499
Ciente 34	138 863	19 282 886 031	Ciente 84	28 024	785 371 661
Ciente 35	136 765	18 704 721 758	Ciente 85	27 556	759 344 576
Ciente 36	130 959	17 150 350 142	Ciente 86	27 091	733 904 424
Ciente 37	127 820	16 337 870 467	Ciente 87	26 816	719 117 650
Ciente 38	116 775	13 636 421 736	Ciente 88	26 310	692 196 987
Ciente 39	113 099	12 791 296 523	Ciente 89	26 236	688 301 662
Ciente 40	102 638	10 534 581 516	Ciente 90	25 739	662 490 870
Ciente 41	100 314	10 062 922 687	Ciente 91	25 158	632 937 929
Ciente 42	94 337	8 899 392 735	Ciente 92	24 972	623 609 603
Ciente 43	90 536	8 196 744 593	Ciente 93	24 746	612 344 719
Ciente 44	90 515	8 192 902 757	Ciente 94	24 559	603 161 191
Ciente 45	87 528	7 661 146 310	Ciente 95	24 283	589 682 577
Ciente 46	81 226	6 597 735 280	Ciente 96	24 046	578 224 452
Ciente 47	79 062	6 250 866 620	Ciente 97	22 910	524 855 742
Ciente 48	77 571	6 017 293 904	Ciente 98	22 585	510 097 007
Ciente 49	74 862	5 604 342 164	Ciente 99	22 293	496 969 079
Ciente 50	72 877	5 311 045 045	Ciente 100	21 752	473 156 167
Total 1 (ΣX e ΣX²)	32 426 402	57 973 506 867 906	Total 2 (ΣX e ΣX²)	1 913 315	82 447 984 509
Total Geral (ΣX e ΣX²)				34 339 716	58 055 954 852 415
Total de Exposição da Instituição				51 385 438	
Índice de Concentração Individual				3.29%	

9.7 AVALIAÇÃO E MONITORIA DO PERFIL DE RISCO DE CRÉDITO

Com o intuito de estimar o nível de exposição dos diferentes riscos inerentes à actividade do Banco, o Standard Bank adopta painéis de avaliação de risco, que constituem mecanismos de controlo desses riscos, tendo como base para análise parâmetros já definidos com base nas directrizes e apetite ao risco.

O painel de risco é fundamentalmente composto pelos diferentes riscos a que o Banco está exposto, e de acordo com os limites estipulados para cada um dos riscos, é classificado, numa base mensal, o nível de exposição aos mesmos.

De entre os vários riscos avaliados, o risco de crédito constitui um dos riscos primordiais da organização, avaliado numa base mensal pela gestão de topo e trimestralmente pelo conselho de administração, tomando como base os seguintes indicadores base:

- Nível de crédito em incumprimento, afectado por imparidade;
- Perdas derivadas de crédito em incumprimento;
- Limite de concentração individual;
- Crédito correlacionado a nível agregado;
- Concentração por sectores de actividade;
- Nível de concentração da carteira por moeda;
- Nível de concentração nos maiores mutuários de crédito.

Periodicamente (anualmente e semestralmente), são também realizados testes para identificar possíveis eventos ou mudanças futuras nas condições económicas que podem ter um efeito desfavorável na carteira de crédito, estes, incluem uma avaliação da capacidade do banco para resistir em cenários de stress, bem como a sensibilidade de cada um dos elementos de risco a serem testados. Os resultados são utilizados para identificar e responder a possíveis mudanças nas condições de mercado através da revisão da estratégia do banco.

Factores com impacto nos resultados, que não tenham sido considerados nas condições anteriores de mercado, em exercícios periódicos realizados, são imediatamente considerados para avaliação, e de acordo com a relevância dos resultados apresentados, é revisto o nível de apetite de risco e introduzidos novos indicadores de avaliação mensal tomados em consideração para classificação do risco de crédito, sejam estes de natureza qualitativa ou quantitativa.

Na base descrita no paragrafo anterior, e face à pandemia da Covid-19, com o objectivo de assistir os clientes e ao mesmo tempo preservar os activos do banco, com impacto nos resultados, o Standard Bank levou a cabo algumas acções, na perspectiva de assistência aos clientes, tais como:

- Atribuição de moratória de capital em empréstimos de médio prazo para acomodar a pressão do fluxo de caixa devido ao impacto da Covid-19;

- Maior monitoria aos clientes que apresentam sinais de stress devido à covid-19 e proactivamente aproximando-nos dos mesmos para apresentar uma proposta de reestruturação;

- Implementação do programa de alívio para clientes impactados pela covid-19, maioritariamente beneficiado pelo retalho.

Na perspectiva de preservação de activos, antecipação e mitigação do perfil de risco de crédito:

- A carteira de crédito foi reavaliada, com foco para os sectores com probabilidade alta de impacto;

- Introduzidas estratégias faseadas de mitigação de risco, considerando que a extensão e duração das tensões da Covid-19 ainda são desconhecidas, sendo este um evento em desenvolvimento;

- Revisão do apetite (limites, parâmetros, entre outros) em alguns subsegmentos da banca de retalho.

Relativamente às provisões regulamentares, e conforme Comunicado do Banco de Moçambique, de 30 de Março, não foram criadas provisões para os clientes reestruturados no âmbito da Covid-19, durante o período de Abril a Junho de 2020.

Os ajustamentos dos parâmetros dos modelos internos da NIRF 9, incluindo a componente de previsão da performance da economia (forward looking), foram feitos de forma a reflectir a visão e expectativa do banco para os próximos 6 meses, sendo a próxima revisão prevista para Setembro deste ano.

Da carteira reportada à 30 de Junho de 2020, no valor de 35.1 bilhões de meticais (exposição no balanço), apenas 5,6% desta foi afectada pela pandemia da Covid-19, mantendo-se uma qualidade aceitável, com um nível de incumprimento dentro do apetite de risco definido.

10. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é assumido como o risco de perdas decorrentes de alterações no mercado, dos preços usados para a quantificação de valor, sobre as exposições abertas, sobre os instrumentos financeiros em moeda nacional e estrangeira.

Os produtos financeiros derivados em moeda externa estão expostos a variação de valor por efeito cambial, e as operações sobre títulos financeiros em moeda nacional expõem-se à variação de valor por efeito de alterações nas taxas de juros. Para ambos os casos, são estabelecidos mecanismos de cobertura e de mitigação de riscos.

10.1 ESTRUTURA, FUNÇÃO E ÂMBITO DO RISCO DE MERCADO

O risco de mercado está inserido na função de risco e nas suas atribuições actua com toda a independência, sendo que o seu âmbito cobre as actividades da sala de mercados e os seus relatórios de risco são em forma de modelos de processamento, maioritariamente automatizados, interligados aos sistemas operativos do banco.

10.2 ESTRATÉGIAS E PROCESSOS DE GESTÃO

A estratégia de gestão do risco de mercado consiste na fixação de limites de exposição, por carteira e por emissor de risco, adequando-a à conjuntura do mercado, bem como a fixação do nível de perdas máximas por cada carteira de negócio.

10.2.1 LIMITES DE EXPOSIÇÃO

Este procedimento consiste na fixação de um limite de exposição, calculado em função do movimento máximo histórico no preço que lhe é específico, e das expectativas de vendas, tendo como referência a potencial perda assumida pelo banco, para o emissor e ou para a carteira de negócio.

10.2.2 POTENCIAIS PERDAS MÁXIMAS POR DIA E POR CARTEIRA

Este procedimento, em paralelo com o acompanhamento diário do movimento nas taxas de juro e de câmbio, permite antecipar o risco de perdas e assegurar que quando ocorrem, não excedam os níveis de tolerância. Contudo, caso a quebra de limites se efective, imediatamente são activados os planos adicionais de controlo e de mitigação.

10.2.3 AMPLITUDE NA VARIAÇÃO DOS PREÇOS

Este é um factor determinante na gestão do risco de perdas e revisão dos limites, pois, associado ao nível de exposição, determina o nível de ganhos e perdas cambiais e monetários.

10.3 POLÍTICAS DE COBERTURA, MITIGAÇÃO E MONITORIA DOS RISCOS

10.3.1 COBERTURA / MITIGAÇÃO DOS RISCOS

Relativamente aos produtos de mercado cambial, aos quais se reconhece significativo risco devido à permanente variação do nível de exposição, associado à volatilidade da taxa de câmbio, e por vezes elevada materialidade, são de equacionar

perdas potenciais significativas. Por este facto, os processos de controlo justificam elevado rigor e simultaneidade na sua implementação, conforme segue:

10.3.1.1 Carteiras de Exposição

Para as obrigações e Bilhetes do Tesouro, comprados com o propósito de revenda (agrupados na carteira de negociação), o Standard Bank, dispõe de uma política que estabelece prazos máximos de revenda. O objectivo principal desta política, é alertar sobre o risco de manutenção de títulos com significativas dificuldades de mercado, quer dizer, de difícil colocação no mercado secundário. Sendo identificado determinado risco de mercado de um produto, poderá ser recomendada a redução do limite de exposição e/ou a promoção da sua revenda, mesmo que seja em condições menos vantajosas.

De forma genérica, para todos os produtos da Sala de Mercados, são mensurados mensalmente os efeitos de oscilação de preços no mercado, os quais são reflectidos à exposição nesses produtos, agrupados em carteiras, para o ajustamento de provisões constituídas, cujo objectivo é antecipar as eventuais perdas por efeitos do risco de mercado, e igualmente mensurar em que medida afectam os níveis de tolerância, bem como a avaliação de adicionais procedimentos de mitigação.

É igualmente avaliada a pertinência de ajustamento das margens mediante as condições de liquidez no mercado, para o exercício do ponto anterior, que traduza o verdadeiro efeito de mercado, nas nossas posições abertas. Com este procedimento, espera-se que as provisões de perdas por variação de preços reflectam o verdadeiro efeito do risco de mercado.

Para o caso do mercado cambial, são fixadas as margens associadas a cada moeda estrangeira, as quais são periodicamente revistas, de modo que reflectam o risco mais próximo possível, tal que seja calculado o valor do movimento adverso das taxas de câmbio, para posterior ajustamento das provisões de perdas já criadas.

De forma genérica, para o sucesso deste procedimento, são paralelamente revisitos os limites de exposição, para atender às necessidades do negócio e mitigar o impacto de perdas, conforme a percepção efectiva do risco de mercado.

O PV01 do qual temos vindo a fazer referência, é uma medida de sensibilidade que se traduz no efeito quantitativo sobre uma posição representativa de um instrumento financeiro, se o preço que lhe está associado variar em um ponto base (0,01%).

10.4 ÂMBITO E NATUREZA DOS RELATÓRIOS E MONITORIA DOS RISCOS

Relativamente aos processos de monitoria, o Departamento do Risco de Mercado prepara e distribui, diariamente, um relatório que agrega a exposição em todas as carteiras de negócio e emissores individuais de risco. Neste relatório, são apresentados os resultados de gestão, os orçamentos e os limites, para a avaliação do desempenho, em termos de rendibilidade e de disciplina (operacionalidade dentro dos limites). Os desvios e as excepções são explicados no mesmo relatório.

As excepções intencionais poderão ocorrer mediante a solicitação fundamentada pela unidade de negócio de origem e sujeitas à aprovação competente, na condição de não comprometerem as responsabilidades prudenciais do banco e de haver a apresentação de um plano de reversão à situação normal.

O Departamento de Risco de Mercado identifica, por antecipação, os potenciais factores de risco emergentes e discute as modalidades de mitigação dos mesmos, em reunião para o efeito por si convocada. Para os casos de riscos residuais, estes são incluídos no relatório mensal que este departamento apresenta na Reunião do Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP).

Mensalmente, por antecipação da reunião do Comité de Política Monetária, são avaliados os prováveis movimentos nas taxas de câmbio e de juro, os quais, em paralelo com o nível de exposição nas carteiras abertas de negócio, permitem a mensuração do seu impacto. O objectivo principal é verificar até que nível o ambiente do mercado poderá transmitir uma situação de turbulência nas carteiras de negócio do banco. Conforme seja a conclusão da análise aos resultados deste exercício, poderão ser emitidas sugestões mitigatórias e/ou revisão das estratégias do banco, conforme o que for decidido nos comités específicos.

11. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como “o risco de perdas em consequência da inadequação ou falha de processos, pessoas, sistemas ou acontecimentos externos”. São previstos subtipos de risco operacional que são considerados na sua definição, a um nível superior, designadamente: risco de informação, risco legal, risco de crime financeiro, risco de conformidade, risco de modelagem de capital; risco de tecnologias de informação, risco tributário, risco de capital humano, risco contabilístico e financeiro, risco de activos físicos, risco ambiental e risco social.

No entanto, encontra-se implementada uma estrutura apropriada, para gerir os sub-tipos de risco operacional críticos, isto é, risco de informação, risco de tecnologias de informação, risco de conformidade e de resiliência de negócios.

11.1 ABORDAGEM AO RISCO OPERACIONAL

Na busca de auxiliar as Unidades de Negócio e Funções Corporativas, a alcançar os objectivos estratégicos de negócio, a abordagem do Banco à gestão do risco operacional baseia-se em processos de governação bem estabelecidos suportados por comissões de risco operacional formalizadas. Esta, apoia-se no modelo de 3 linhas de defesa que descreve tanto as responsabilidades individuais como a supervisão colectiva, suportada por processos claros de escalonamento e reporte.

Esta abordagem cria um equilíbrio entre uma forte supervisão corporativa, que começa com uma participação proactiva por parte do Administrador Delegado e da Comissão Executiva do Banco em todas as matérias de risco e uma estrutura independente de Gestão de Riscos.

Os directores das unidades de negócios e funções corporativas na 1ª. linha são responsáveis primariamente pela identificação e gestão dos riscos ao nível das suas unidades, recorrendo à abordagem de tratamento de riscos mais eficaz para garantir que o risco se mantém dentro dos níveis de apetência.

Os directores da segunda linha são responsáveis pelo questionamento e conhecimento aprofundado dos riscos, monitoria e supervisão, garantindo que a estrutura de governação de riscos seja devidamente implementada, funciona eficazmente e cumpre as normas do Grupo. Estes, irão colaborar em parceria para orientar e aconselhar durante a concepção de normas operacionais adequadas e a definição de prioridades baseadas no risco, de acordo com a estratégia e os objectivos do Banco.

11.2 ESTRATÉGIA E GOVERNAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL

A estratégia de gestão de riscos do Banco, é mantida através de uma tomada de riscos consciente na satisfação das necessidades dos nossos clientes, enquanto garantimos o aumento da confiança, reputação e a sustentabilidade do Banco.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela supervisão do risco e pela aprovação da apetência pelo risco. Estão implementadas, no entanto, comissões de governação devidamente mandatadas para permitir ao Conselho de Administração e à Gestão supervisionarem a eficácia da função de RO e cumprir as exigências regulamentares.

A Comissão de Gestão de Riscos do Conselho de Administração (BRC) é a principal comissão de risco operacional do Banco assessorada pela Comissão de Gestão de Riscos (RMC).

Esta, supervisiona os relatórios de cada tipo de risco especializados de risco operacional e escalona exposições materiais e tendências a Comissão de Riscos do Conselho de Administração).

11.3 PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

Todos os riscos, negativos e positivos, que possam impactar a estratégia, processos e produtos, são identificados e quantificados. A eficácia e a eficiência dos mecanismos de controlo aplicados têm de ser avaliadas e, quando forem consideradas insuficientes, têm de ser aplicados mecanismos de controlo adicionais, tomando em consideração os custos e benefícios globais.

Pelo que, todos os riscos materiais identificados, devem ser ordenados em função da sua prioridade e monitorados através de indicadores ou outras medidas qualitativas e, quando os limiares de risco forem violados, devem ser escalados aos fóruns de governação apropriados. O processo de gestão de risco operacional apresenta as seguintes componentes:

1. **Identificar** - as ferramentas de risco operacional facilitam a identificação de riscos operacionais para permitir a priorização dos riscos materiais.
2. **Avaliar** - aplicação de medidas quantitativas e qualitativas para apurar o nível de risco. Este processo, define o impacto do risco tanto de uma perspectiva de probabilidade como de impacto.
3. **Mensurar/Avaliar** - medidas de controlo eficazes reduzem ou eliminam risco. Considerando os custos e benefícios globais das medidas correctivas e providenciar recomendações.
4. **Gerir** - recomendar o melhor mecanismo de controlo ou combinação de mecanismos de controlo depois de proceder a uma análise. Formular um plano de gestão / tratamento dos riscos para evitar, transferir, mitigar, transformar ou aceitar o risco com base na apetência pelo risco, materialidade e custo do controlo.
5. **Monitorar** - rever periodicamente indicadores ou outras medidas qualitativas para garantir a eficácia dos mecanismos de controlo e monitorar tendências.
6. **Reportar** - escalar para o nível hierárquico adequado, o perfil de risco residual alto e incidentes materiais ou alterações relevantes identificadas no processo de monitoria, como Auto-avaliação de Controlo de Risco e Análise de Cenários.

11.4 APETITE E ESTRATÉGIA DE RISCO OPERACIONAL

Um princípio fundamental na gestão do risco operacional é não retirar toda a exposição ao risco operacional, mas gerir no contexto de controlo, dentro da apetência pelo risco, até atingir um ponto em que o custo do controlo exceda o da potencial exposição ao risco, excepto se tal for especificado por requisitos regulamentares.

A apetência pelo risco operacional é a natureza e a quantidade de risco operacional que o Banco está disposto a aceitar na prossecução dos seus objectivos estratégicos e financeiros. A equipa de gestão de topo assegura que esta apetência é traduzida em expressões suficientemente significativas e detalhadas.

A apetência por risco operacional reflecte tanto medidas quantitativas e qualitativas, como financeiras e não financeiras que suportam a apetência pelo risco do Banco, que é, por seu turno, suportada pela matriz de materialidade, que contém outras medidas de avaliação para cobrir um conjunto de riscos mais alargado. As medidas de apetência pelo risco são monitoradas e apresentadas nas comissões de governação apropriadas.

A tolerância ao risco operacional é uma avaliação do risco máximo que o Banco está disposto a sustentar por curtos períodos de tempo. Encontram-se definidos limites de tolerância ao nível das unidades de negócio, alinhadas ao apetite definido ao nível do Banco.

11.5 IDENTIFICAÇÃO E MONITORIA DE RISCO OPERACIONAL

A identificação do risco é o processo através do qual se analisa todas as actividades materiais, em todo o Banco, para ver como as mesmas poderão expor o Banco ao risco operacional. Tal inclui, olhar tanto para factores internos como externos.

As unidades de negócio e funções corporativas são responsáveis por assegurar a identificação e documentação de todos os riscos operacionais materiais, causas e controlos relativos às suas actividades de negócio materiais. A função de risco operacional, desafia as unidades de negócio e funções corporativas, no sentido de se certificar que seguiram um processo adequado para identificar os riscos.

As seguintes ferramentas são usadas para ajudar a identificar o risco operacional e auxiliar na avaliação e monitoria do ambiente de risco e controlo, a saber:

- Auto-avaliação de Controlo de Risco (RCSA);
- Indicadores de Risco-Chave (KRIs);
- Análise de Cenários;
- Gestão de Incidentes de Risco Operacional.

11.5.1 A AUTO-AVALIAÇÃO DE CONTROLO DE RISCO (RCSA)

A Auto-avaliação de Controlo de Risco (RCSA) é a ferramenta utilizada no Banco para identificar o risco e avalia o risco inerente, a eficácia do ambiente de controlo e o risco residual. É importante que sejam considerados, o risco inerente, a efectividade do controlo, o risco residual e planos de acção, sempre que o risco residual não esteja dentro do apetite, em coordenação com o responsável alocado.

É usada uma abordagem baseada no risco para identificar e avaliar os eventos de risco que possam impactar a realização dos objectivos estratégicos/de negócios. Os principais eventos de risco operacional que possam impactar a realização dos objectivos estratégicos/de negócios, são identificados para permitir uma visão geral do nível de impacto sobre esses objectivos.

A avaliação integrada de riscos-chave, permite uma definição eficaz das prioridades em termos de mitigação de riscos, face à apetência pelo risco para garantir que os riscos são geridos eficiente e eficazmente no negócio.

As avaliações de risco são realizadas em cada segmento de negócios (banca corporativa e banca de retalho) e avaliações aprofundadas “deepdives” são realizadas para funções corporativas consideradas com impacto significativo nas operações ou na estratégia dos segmentos de negócios.

11.5.2 INDICADORES DE RISCO-CHAVE

São desenvolvidos indicadores para monitorar o risco operacional. Os indicadores de risco-chave, são identificados durante o processo de auto-avaliação de controlo de risco. A implementação do processo de indicadores é um elemento indispensável para a avaliação e monitoria do ambiente de negócios e factores de controlo interno. Os mesmos, dão origem a um alerta de que a exposição ao risco poderá tornar-se mais grave ou provável. São identificados os tipos de indicadores para os riscos críticos ao nível das áreas de negócio.

São igualmente, desenvolvidos limiares para os indicadores relevantes, para ver se o desempenho real se encontra dentro do nível de tolerância. Encontra-se em vigor, um processo de monitoria para garantir que sejam tomadas medidas adequadas quando os limites/parâmetros sejam violados (quebrados), ou seja, quando a execução ultrapasse os limiares/parâmetros.

11.5.3 ANÁLISE DE CENÁRIOS

Encontra-se implementado o processo de análise de cenários para identificar, definir e quantificar eventos de Risco Operacional infrequentes (significativos e catastróficos). Esta técnica de gestão de riscos complementa os dados internos de informações de gestão (MI), para identificar concentrações e vulnerabilidades não prontamente identificadas pelos RCSAs e para adicionar uma dimensão mais prospectiva à gestão de risco operacional. Este processo, apoia o cálculo de modelagem de capital alocado ao risco operacional e actualiza os dados dos componentes risco operacional subjacentes, como indicadores e informações de gestão.

11.5.4 GESTÃO DE INCIDENTES

Os incidentes de risco operacional são identificados, registados, geridos e reportados atempadamente.

Todos os colaboradores no seio das unidades de negócio e funções corporativas são incentivados a reportar incidentes de risco operacional através dos canais devidamente divulgados para o efeito para posterior lançamento no sistema de gestão de incidentes de risco operacional.

Todos os incidentes de risco operacional têm de ser comunicados logo que possível e no máximo 48 horas depois de o incidente ter sido identificado para garantir que todas as questões relevantes são tratadas atempadamente, que o seu envio ao nível hierárquico relevante é executado e que o prazo estipulado, seja cumprido.

A área de controlo de perdas assegura que estes incidentes sejam devidamente categorizados de acordo com as taxonomias-padrão e em coordenação com as unidades, garantem que é realizada uma análise da causa-raiz, para assegurar uma adequada avaliação do controlo de remediação, no contexto do apetite pelo risco e prevenir incidentes recorrentes, através de acções adequadas para mitigar os riscos. Uma análise de tendências é realizada com vista a identificar as deficiências-chave e o seu impacto nos processos.

A norma é que as perdas de risco operacional devem ser contabilizadas na conta respectiva de perdas operacionais no período (isto é, no mesmo mês ou ano) em que o incidente de risco operacional se verificou. São contabilizadas provisões para incidentes no processo de investigações em contas transitórias de perdas até 90 dias e são anuladas se não houver justificação plausível para mantê-las.

Estatísticas sobre perdas de risco operacional: perdas irre recuperáveis (em valor e em percentagem dos proveitos brutos) e perdas em suspenso (ainda não concretizadas), são comunicadas a comissões de governação (Comissão de Gestão de Riscos e Comissão Executiva).

11.6 FERRAMENTAS DE GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

O Banco desenvolveu ferramentas de gestão de riscos que devem ser aplicadas para gerir o risco operacional e sub-tipos de risco operacional. O uso de ferramentas ajuda as unidades de negócios no desenvolvimento de um perfil de risco operacional e a gerir eficazmente a sua exposição ao risco. O risco operacional tem os seguintes sub-tipos de riscos especializados:

11.6.1 GESTÃO DE RESILIÊNCIA DE NEGÓCIOS

A capacidade do Banco de assegurar a resiliência e continuidade das suas operações de negócio apesar de grandes perturbações ou desastres, garantindo a recuperação dessas funções críticas para um estado de funcionamento dentro de prazos aceitáveis é crucial para o seu sucesso financeiro e para a sua sustentabilidade.

A resiliência de negócios assenta em três capacidades, que estão integradas num quadro único para permitir um conjunto concomitante de intervenções de resposta e recuperação ágeis, coerentes e coordenadas para contrariar o impacto financeiro e na reputação de perturbações operacionais do cenário mais pessimista: resposta de emergência, gestão de crises e gestão da continuidade do negócio (GCN), que inclui a continuidade de serviços informáticos:

– **Gestão de emergências:** Integra a equipa de gestão de emergências na abordagem global integrada de planeamento da recuperação. Foco: proteger vidas e bens em caso de perturbação operacional grave.

– **Gestão de crises:** Integra as capacidades de gestão de crises na abordagem global coesa e integrada de planeamento da recuperação. A Equipa de Gestão de Crises (EGC) assegura a liderança estratégica durante crises, apoiada por um Plano de Gestão de Crises que articula os grandes objectivos e prioridades de recuperação.

– **Gestão da Continuidade do Negócio (GCN):** Formula estratégias para recuperar funções, processos e serviços críticos dentro de prazos pré-determinados. Assegura planos e soluções, para retomar e prosseguir com as funções críticas do negócio na sequência de uma perturbação operacional.

O Fórum de Resiliência do Negócio supervisiona e revê a implementação da capacidade de resiliência do negócio e reporta à Comissão de Gestão de Riscos. Várias perturbações e desastres (ciclones IDAI e Kenneth, intermitência da plataforma de canais e problemas de redes/link com África do Sul, pandemia covid-19), reteram o nível de preparação do Banco, planos de resposta e capacidade, para retomar e manter as funções críticas de negócio, com baixo impacto no cliente.

11.6.2 RISCO DE INFORMAÇÃO

A informação é um activo valioso para o Banco que maximiza as oportunidades de negócio e está exposto a vulnerabilidades que podem levar a danos para a reputação, processos judiciais e multas por parte das autoridades, pelo que deve haver mecanismos de controlo de mitigação de riscos eficazes.

O risco de informação é o risco de uso, acesso, modificação, divulgação ou destruição acidental ou intencional não autorizado de recursos de informação que pode comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informação e, por seu turno, prejudicar o negócio.

Encontram-se compilados inventários de activos de informação para processos críticos do negócio e é reforçada a necessidade de revisão dos acessos aos sistemas, enquanto um sistema automatizado para gestão de acessos “MyAccess”, se encontra em processo de implementação. Aliado a isso, mecanismos de protecção “End Point” estão em vigor, para prevenir fugas de informações sensíveis sem a devida autorização, assim como sessões de formação e consciencialização. As iniciativas de risco de informação são comunicadas ao Fórum de Dados, ao CGI e à Comissão de Gestão de Riscos.

11.6.3 PRODUTOS, PROCESSOS E CANAIS NOVOS OU ALTERADOS (NAPPC)

Para tratar os riscos associados à introdução ou alteração de produtos, serviços ou canais de negócio, o Banco usa o processo de Produtos, Processos e Canais Novos ou Alterados, para identificar, avaliar, mensurar, gerir e monitorar riscos operacionais e outros riscos significativos que possam afectar a consecução dos objectivos comerciais. A política de Produtos, Processos e Canais Novos ou Alterados, cobre produtos, serviços, processos e canais de negócios novos ou alterados.

As partes interessadas que participem na revisão do Produtos, Processos e Canais Novos ou Alterados, antes do seu lançamento são responsáveis pela aprovação deste, como estando pronto para uso comercial em termos de risco operacional de acordo com os seus mandatos. Uma revisão pós-implementação deve ser realizada, para validar o Produtos, Processos e Canais Novos ou Alterados face às especificações originais.

11.6.4 RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO

Os processos de gestão eficaz do risco num banco incluem a gestão contínua de riscos decorrentes da terceirização de actividades e funções importantes do negócio.

Acordo de terceirização, referem-se a uma relação em que um prestador de serviços, quer seja um afiliado dentro do grupo ou externo, leve a cabo, em nome do banco, uma actividade, serviço, função ou processo de negócio contínuo que o banco poderia desempenhar internamente, especialmente acordos de terceirização que envolvem “actividades e funções materiais de negócio”.

O risco de terceirização é assim definido como o risco de um prestador de serviços, interromper ou cancelar uma actividade, serviço, função ou processo comercial importante, expondo assim o Banco ao risco de não cumprir as suas obrigações financeiras e de prestação de serviços.

Os contratos de subcontratação materiais, são avaliados em termos de relevância e níveis de concentração. A ênfase é, no entanto, a adopção de uma estrutura de gestão do risco de terceirização mais alargado “Partes Externas”, que se concentre em obter uma compreensão dos riscos organizacionais e compreender impactos positivos ou negativos de terceiros, orientados por valor e colaboração e relacionamento de terceiros em todo o Banco.

11.6.5 RISCO DE FRAUDE

O Banco garante que são concebidas e implementadas medidas razoáveis e proporcionadas para prever e prevenir fraudes e para detectar, monitorar, comunicar e responder adequadamente a fraude.

A função de Investigações e Risco de Fraude do Banco (IRF) gere o risco de Fraude numa perspectiva de segunda linha e segue uma abordagem flexível para as operações bancárias seguras, protegidas e focadas no cliente. Isso significa, antecipar ou responder rápida e efectivamente a novas ameaças à gestão de riscos de fraude, suportadas por fortes controlos estabelecidos pela primeira linha de defesa (LoD), bem como a auditoria independente a partir da terceira linha de defesa.

A função de investigação do Banco é encarregada de gerir todos os assuntos de investigação relativos a fraudes internas e externas, má conduta, desonestidade e conflito de interesses dos funcionários, clientes, fornecedores, parceiros de negócios, partes interessadas e terceiros em todo o Banco. Além disso, a função realiza investigações sobre questões de crimes financeiros sobre suborno e corrupção e encaminhamentos, pelo cumprimento do Banco sobre lavagem de dinheiro, sanções e outros assuntos relevantes.

11.6.6 SEGUROS

Os seguros não são considerados uma alternativa a mecanismos de controlo de prevenção e deteção eficazes, mas sim um controlo compensatório, que oferece protecção contra as consequências de falhas de controlo, ou seja, minora a sua gravidade.

Os seguros são geridos através dos Seguros do Grupo do Standard Bank e o quadro actual inclui as seguintes apólices principais: Responsabilidade Criminal e Profissional, Responsabilidade de Administradores e Dirigentes, Responsabilidade Civil e Protecção Cibernética, que são asseguradas ao nível do Grupo para todas as subsidiárias. O banco adquire coberturas suplementares, se e quando considerado adequado. Dada a actual cobertura por seguros em vigor, o banco limitou a sua exposição a perdas individuais.

Procede-se a uma revisão e aperfeiçoamento contínuos das coberturas de seguros ao nível local, para garantir que se mantêm relevantes e adequadas ao fim a que se destinam. O programa de seguros do banco é regulado e monitorado através do fórum de Gestão de Seguros Corporativos.

11.7 GESTÃO DE CAPITAL

Os processos de planeamento de capital e de gestão de capital são integrados na abordagem geral à gestão dos riscos e à tomada de decisão no Banco, em conformidade com os requisitos regulamentares. O processo usado para determinar o capital económico do risco operacional é revisto regularmente com vista a garantir que os riscos sejam devidamente cobertos e que a cobertura de capital reflecta o perfil de risco operacional.

Os requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional são determinados de acordo com o método do indicador básico (BIA), no qual a base de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional (KBIA) corresponde a 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador relevante anual positivo.

11.7.1 INDICADOR RELEVANTE

– O indicador relevante é o resultado da soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas, numa base anual, reportadas ao final do exercício financeiro, podendo as instituições, numa base temporária, utilizar estimativas quando não se encontrem disponíveis dados auditados.

– Caso, para um dado ano, a soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas seja negativa ou igual a zero, esse valor não deve ser tido em conta no cálculo da média dos últimos três anos, quer no numerador, quer no denominador.

12. RISCO CIBERNÉTICO

Risco cibernético refere-se qualquer risco de perda financeira, interrupção ou dano à reputação de uma organização. Este pode materializar-se de formas diversas, como:

- Violações de segurança para ter acesso aos sistemas de informação;
- Violações não internacionais ou acidentais de segurança;
- Riscos operacionais de TI, devido a factores como baixa integridade dos sistemas;
- Interrupção de Serviços;
- Vazamento de informação confidencial;
- Violação de segurança nos parceiros ou fornecedores;
- Instalação de malwares para controlo remoto (Ransomware);
- Exploração de vulnerabilidades relacionado a usuários finais;
- Ataques usando engenharia social (phishing);
- Obtenção do código OTP das transações;
- Instalação de software maliciosos nas caixas automáticas (ATM).

Por ser um dos riscos emergentes, o banco está atentamente a monitorar os ataques cibernéticos, já que estes expõem o banco ao risco reputacional e à perdas financeiras que impactam negativamente a posição de liquidez e de capital do banco.

O Banco tem unidades que gerem o risco cibernético e são responsáveis por garantir a efectividade dos controlos nas várias linhas de defesa. A equipe de Tecnologias de Informação é a mais vital, contudo os ataques cibernéticos podem advir também de falha de segurança física.

Como forma de mitigação efectiva e adequada às ameaças ou riscos cibernéticos, o banco estabeleceu um fórum cibernético, com autoridade para discutir e monitorar iniciativas no âmbito da mitigação ao Risco Cibernético. O fórum reúne múltiplos actores para a discussão de problemas de segurança cibernética actuais e novas tendências e iniciativas relacionadas com aspectos de segurança cibernética.

Importa referir que um dos melhores mecanismos de defesa é o comportamento do utilizador final, pelo que o Standard Bank publica, de forma sistemática, campanhas de sensibilização de ciber-segurança e testa a sua capacidade de resiliência cibernética com práticas de exercícios de simulação de intrusão.

13. RISCO TECNOLÓGICO

É definido como o risco de perdas, em consequência de sistemas que falharam ou que sejam inadequados, violações de segurança e investimentos, desenvolvimento, implementação, suporte e capacidade dos sistemas inadequados. As causas podem incluir:

- Má concepção/codificação duma aplicação;
- Testes inadequados;
- Ambiente informático deficiente (hardware e software operativo);
- Tabelas/ficheiros corrompidos;
- Falha de fornecedores externos;
- Incumprimento dos procedimentos por parte dum operador;
- Procedimentos ou documentação operacional inadequados;
- Erro de um utilizador; e
- Falha de segurança do sistema.

Para garantir a Continuidade do Negócio, em caso de falhas dos sistemas críticos, o banco tem se focado em efectuar os testes de desastre anualmente no seu Centro de Recuperação de Negócio (DRP site) localizado na Matola.

Em resposta as recomendações acordadas pela equipa de gestão de crises (CMT), por conta da pandemia da covid-19, a Direcção de Tecnologias de Informação tem providenciado o equipamento e suporte necessário para garantir a continuidade de negócio, permitindo o acesso remoto a certas aplicações internas do banco.

Desta forma, foi definida pelo banco uma percentagem máxima aceitável de colaboradores a trabalhar directamente nas instalações do Banco, seguindo uma escala de rotações previamente definidas, sempre em observância dos termos decretados pelas autoridades. A resposta tem sido satisfatória, tomando em consideração os constrangimentos enfrentados, e as análises de Risco e Controlos mitigantes são implementados de forma contínua e com a devida monitoria.

Está em curso o processo de estabilização das plataformas de canais digitais, com o principal objectivo de corrigir as deficiências actualmente existentes nas plataformas, a fim de garantir a disponibilidade constante dos serviços e garantir maior escalabilidade e resiliência das plataformas de canais e do sistema central bancário. Este exercício está sendo feito em coordenação com as diferentes unidades de negócio do banco, tendo sido designada uma equipa dedicada para a implementação deste projecto.

14. PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

O Standard Bank detém participações em quatro (4) entidades, pelos motivos que se seguem:

Entidade	Objectivo/Motivo
- Parque Industrial da Matola (PIM)	Objectivos estratégicos/relacionamento
- SIMO	Motivos regulamentares
- Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.	Motivos regulamentares
- Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.	Gerar ganhos de capital

14.1 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO

Os investimentos não cotados compreendem os investimentos de capitais classificados como activos financeiros e são mensurados o justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), como segue:

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Jun-19	Dez-18
Participação no capital próprio:		
- Parque Industrial da Matola (PIM)	1 121	1 121
- SIMO	97 167	97 167
- Standard Bank - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, S.A.	3 750	3 750
- Standard Insurance Corretores de Seguros, S.A.	6 000	6 000
Total	108 038	108 038

O Standard Bank não registou prejuízos acumulados nos investimentos não cotados na bolsa de valores, reportados à 30 de Junho de 2020.

15. RISCO DE TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA

15.1 GESTÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA (RTJCB)

15.1.1 DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

O risco de taxa de juro da carteira bancária refere-se ao corrente e/ou futuro risco a que os resultados e o capital do banco estão expostos como resultado de movimentos adversos nas taxas de juro, que afectam a carteira bancária.

Mudanças nas taxas de juros afectam os resultados do Banco, através da alteração do nível da margem financeira gerada pelos activos, passivos e exposições extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juros. O valor económico do banco é também afectado quando há mudanças nas taxas de juros, dado que o valor presente e o tempo de realização dos fluxos de caixa futuros se altera, afectando o valor dos activos, passivos e elementos extra-patrimoniais do banco. Níveis excessivos de risco de taxa de juro da carteira bancária podem representar uma ameaça para os resultados futuros do banco e/ou a base de capital se não geridos devidamente.

Os três principais sub-tipos de risco de taxa de juro da carteira bancária são:

– **Risco de desfasamento:** advém da estrutura de maturidade longa dos instrumentos da carteira bancária e descreve o risco que provém das diferenças temporais na mudança das taxas dos instrumentos. A extensão do risco de desfasamento está dependente da consistência da ocorrência das mudanças na estrutura das taxas de juros ao longo da curva (risco paralelo) ou o diferencial por período (risco não-paralelo, também referido como risco de curva de rentibilidade);

– **Risco de base:** refere-se ao impacto de mudanças relativas nas taxas de juro de instrumentos financeiros que têm maturidades similares, mas os preços são fixados usando indexantes diferentes de taxas de juro; e

– **Risco de opcionalidade:** advém de posições detidas em instrumentos derivados que contêm opcionalidades ou opções incorporadas nas carteiras de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais, onde a opcionalidade providencia ao Banco ou ao cliente o direito, mas não a obrigação de alterar o nível e o tempo dos fluxos de caixa. O risco de opcionalidade pode ser caracterizado como automático (por exemplo derivativos) ou risco de opcionalidade comportamental (isto é pagamento antecipado).

Dado o modelo de negócio geral e a estratégia do banco, bem como o mercado em que o banco opera, o maior contribuinte para o risco de taxa de juro da carteira bancária é o risco de base insensível (endowment risk), que é definido como uma instância especial do risco de desfasamento. O risco de base insensível refere-se à exposição do risco de taxa de juros de activos não sensíveis à taxa de juros (como activos não remunerados) e/ou passivos não sensíveis a taxas de juro (como passivos não remunerados) e capital. Este inclui activos e passivos parcialmente sensíveis, onde os activos e pasivos podem ser modelados tanto por uma porção completamente sensível a taxas de juro como por outra porção completamente insensível. Exemplos de passivos parcialmente sensíveis são depósitos com rendimentos de "taxa dormente", onde apenas a porção da mudança da taxa de juros é repassada para o cliente ao critério do Banco.

O cálculo da base insensível é descrita abaixo:

Passivos e Fundos Próprios	Menos Activos
• Capital próprio e reservas	• Saldos de Caixa com o Banco Central (insensível a taxa de juros)
• Contas transaccionais não remuneradas	• Notas e moedas
• Porção modelada insensível às taxas de juro dos depósitos remunerados	• Activos tangíveis
• Outros passivos não-remunerados	• Outros activos não-remunerados

15.1.2 GESTÃO, MONITORIZAÇÃO E MITIGAÇÃO

15.1.2.1 Governação

A equipa de gestão de tesouraria e capital é responsável por mensurar o impacto do risco de taxa de juro e pela sua monitorização e reporte face à apetência pelo risco, à equipe de gestão de tesouraria e capital de África, à Comissão de Gestão de Activos e Passivos do país e à Comissão de Gestão de Activos e Passivos de África.

15.1.2.2 Margem financeira e sensibilidade do valor económico a choques de taxa de juro

O risco de taxa de juro da carteira bancária é gerido de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária do Banco, que se rege pelas normas de risco de mercado.

O valor de referência para a sensibilidade à taxa de juro da carteira bancária é o impacto cumulativo de 12 meses de um choque de taxa de juro na margem financeira conforme prescrito pela Comissão de Gestão de Activos e Passivos. Os choques paralelos de taxa de juro são calibrados por moeda relevante, tendo em conta tanto os ambientes de taxa de juro vigentes como históricos em Moçambique. O limite imposto pela Comissão de Gestão de Activos e Passivos é uma alteração máxima de 10% da margem financeira anual projectada quando o balanço for sujeito a um choque de taxa de juro específico.

Os quadros seguintes mostram o impacto cumulativo de 12 meses na margem financeira da carteira do Banco em moeda nacional e em moeda estrangeira à 30 de Junho de 2020:

Choque paralelo de taxa de juros	Impacto cumulativo de 12 meses de um choque paralelo de taxa de juros na MF (MZN milhões)	Impacto na MF, % da MF projectada a 12 meses (limite do ALCO – 10%)
+200bps	999	12.66%
-350bps	- 1.043	-13.22%

Choque paralelo de taxa de juros	Impacto cumulativo de 12 meses de um choque paralelo de taxa de juros na MF (USD milhões)	Impacto na MF, % da MF projectada a 12 meses (limite do ALCO – 10%)
+100bps	1.81	16.68%
-100bps	- 1.83	-16.99%

Enquanto a cobertura de risco de queda das taxas de juros reduziu o nível de sensibilidade da margem financeira, os montantes e as maturidades das coberturas (dados os instrumentos disponíveis) não cobrem na totalidade a perda das margens num ambiente de queda severa das taxas de juros. As oportunidades de cobertura do risco de taxa de juros e a sua posição são monitoradas continuamente.

16. GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

16.1.1 DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO

O risco de liquidez é definido como o risco que o banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em condições claramente desvantajosas. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.

A nível operacional, faz-se uma distinção entre o risco de liquidez em termos de financiamento e o risco de liquidez em termos de mercado.

– **O risco de liquidez em termos de financiamento** é o risco do banco não ser capaz de fazer face a necessidades de fluxos de caixas, correntes ou futuras, sem afectar negativamente as suas operações diárias ou a sua situação financeira. É o risco de que contrapartes que concedem financiamento de curto prazo ao banco cancelem ou não renovem esse financiamento. Tem por objectivo uma estrutura de financiamento bem diversificada, fiável e eficiente em termos de custos, que suporte a diversidade de negócio e a estratégia do banco.

– **O risco de liquidez em termos de mercado** é o risco de o banco não conseguir compensar ou eliminar uma posição com facilidade sem afectar substancialmente o preço de mercado devido a uma perturbação no mercado, incorrendo assim em perdas. É o risco de perturbação generalizada nos mercados de activos que faça com que activos normalmente líquidos se tornem ilíquidos e o risco de perdas potenciais decorrentes da venda forçada de activos que gerem um produto inferior ao seu justo valor de mercado.

O risco de liquidez é difícil de prever e pode rapidamente escalar. Uma crise de liquidez pode ter efeitos negativos, sendo o mais severo a falência do banco. Estes efeitos podem incluir significativas perdas de resultados, venda de activos a preços forçados, que provocam distorções nos mercados financeiros e mudanças repentinas nos volumes e termos de contratos de crédito, que podem retrair a actividade económica. A política de liquidez apresenta parâmetros de gestão de liquidez bastante conservadores, que garantam que o banco detém liquidez adequada e suficiente para situações normais de operação e situações de esforço.



O PRIMEIRO PASSO PARA O SUCESSO É ACREDITAR QUE É POSSÍVEL

Quando acredita e não desiste dos seus sonhos e projectos, é possível.
Com a atitude certa, talento e inspiração, chegar ao topo, é possível.
O sucesso da sua empresa é possível, com o esforço de todos e os parceiros certos.
Por isso, seja qual for a dimensão do seu sonho, amanhã, é possível.

Standard Bank **É POSSÍVEL**

16.1.2 GOVERNAÇÃO

É responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva manter níveis adequados de liquidez, de acordo com os requisitos regulamentares, as melhores práticas internacionais e definição interna da apetência pelo risco. A Comissão de Gestão de Activos e Passivos é responsável por garantir o cumprimento das políticas de risco de liquidez e a supervisão independente do risco relativo à gestão do risco de liquidez (abaixo a estrutura de governação do risco de liquidez)



16.1.3 GESTÃO, MONITORIA E APETÊNCIA PELO RISCO

Como parte de um processo abrangente de gestão de liquidez, o banco distingue entre gestão de liquidez tática, estratégica e contingente. Estas três categorias de gestão de risco são regidas por um quadro abrangente de governação interna para identificar, mensurar e gerir exposições a riscos de liquidez. Combinando cada uma das categorias de gestão de risco permite uma monitoria efectiva do risco de liquidez.

O risco de liquidez é gerido de acordo com um conjunto de princípios pré-definidos. Estes princípios estão alinhados com as boas práticas internacionais e estão desenhadas para suportar a estratégia do negócio, garantindo a existência de liquidez a todo o momento, em todos os ciclos do negócio e em períodos de stress. Estes princípios são monitorados numa base diária; o painel de monitoria de liquidez foi também desenvolvido e é monitorado numa base contínua para identificar prematuramente sinais de crise de liquidez. Os princípios detalhados estão contidos nos padrões de risco de liquidez e políticas relacionadas.

Gestão tática (curto prazo) do risco de liquidez	Gestão estratégica (longo prazo) do risco de liquidez	Gestão do risco de liquidez contingente
<ul style="list-style-type: none">Gestão diária da posição de liquidezMonitorar a posição curta de liquidez interbancária e títulos com acordo de recompraMonitorar as necessidades diária de fluxos de caixaGestão de fluxos de caixa de curto prazoGestão diária de liquidez em moeda estrangeiraDefinir taxas de acordo com o desfasamento de liquidez e necessidades de liquidez contingente conforme informado pelo CGAPGarantir conformidade com o rácio de liquidez mínimo regulamentar do Banco de Moçambique	<ul style="list-style-type: none">Garantir um balanço com uma estrutura sólidaIdentificar e gerir desfasamentos estruturais de liquidezDeterminar e aplicar os perfis comportamentaisGerir fluxos de caixa de longo prazoPreservar uma base diversificada de fontes de financiamentoEstabelecer as necessidades de financiamento de longo prazoAvaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeiraEstabelecer apetência pelo risco de liquidezGarantir a existência de apropriados preços de transferência para o custo de liquidez	<ul style="list-style-type: none">Monitorar e gerir indicadores de alerta antecipado de liquidezEstabelecer e manter planos de contingência de liquidezEfectuar numa base regular testes de esforço de liquidez e análise de cenáriosReunir o comité de gestão de crise de liquidez, se necessárioGarantir níveis de excesso de liquidez em consonância com a antecipação a eventos de stress.Recomendar sobre a diversificação da carteira de excesso de liquidez

16.1.3.1 RÁCIO DE LIQUIDEZ (RL)

De acordo com o estipulado pelo Banco de Moçambique no Aviso 14/GBM/2017 de 09 de Junho, o rácio de liquidez, cujo mínimo estabelecido é de 25% é calculado numa base consolidada em moeda nacional, dividindo os activos líquidos pelos passivos de curto prazo (até 12 meses).

O banco espera continuar a cumprir com os requisitos mínimos regulamentares do racio de liquidez, apesar dos desafios impostos pela COVID-19 que colocam em prova a resiliência do seu balanço, tendo em conta a redução generalizada da actividade económica e declínio na posição de tesouraria da maioria das empresas.

À 30 de Junho de 2020 o rácio de liquidez reportado foi de 66.7%, contra 74.2% em Dezembro de 2019.

16.2 RISCO DE NEGÓCIO

16.2.1 DEFINIÇÃO

O risco de negócio é o risco de perdas, normalmente decorrentes de estruturas de custos inflexíveis ou de ineficiências, devido a condições operacionais adversas causadas por pressões induzidas pelo mercado, tais como uma redução da procura, um aumento da concorrência ou aumentos de custos, e por causas específicas do Standard Bank, tais como escolha da estratégia (risco estratégico), danos para a reputação ou a decisões de absorver custos ou perdas para preservar a reputação (risco reputacional).

16.2.2 RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico é um tipo de risco residual que não pode ser integralmente eliminado. É gerido em todo o banco no contexto do exercício da actividade normal, como se segue:

- A gestão monitoriza constantemente a rentabilidade das linhas de produtos e segmentos de clientes face ao orçamento. Como parte dos processos do orçamento e de revisão orçamental há uma forte ênfase em concretizar o crescimento dos resultados, contendo ao mesmo tempo o crescimento dos custos, com barreiras positivas, ou seja, assegurando que o crescimento dos custos não exceda o crescimento dos proveitos.
- É mantido um controlo rígido sobre a base de custos do banco, incluindo a gestão do seu rácio custos/proveitos. Isto permite uma intervenção atempada e medidas por parte da gestão para reduzir custos, se necessário. O banco também tem sempre como objectivo aumentar o rácio custos variáveis/custos fixos, ganhando assim uma maior flexibilidade estratégica para reduzir os custos de uma forma activa e dinâmica durante condições económicas de baixa.
- Um dever de diligência rigoroso é aplicado durante o processo de avaliação de investimentos (em especial para as novas aquisições).
- As áreas de negócio de produtos realizam reuniões de comissões de propostas de novos produtos, quando necessário, em que os riscos e os mecanismos de controlo de mitigação para os novos produtos e serviços são apresentados e debatidos.
- A gestão mantém-se atenta e reactiva às alterações das forças do mercado (explorando alterações potencialmente favoráveis e gerindo o risco de queda devido a alterações desfavoráveis).
- A gestão das partes interessadas é executada para assegurar resultados favoráveis de factores externos fora do controlo do banco.

16.2.3 RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional é gerido de uma forma activa e dinâmica para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos indesejáveis e depende principalmente dos processos de identificação e avaliação de riscos.

- Cada Unidade de Negócio tem de desenvolver processos que assegurem que as áreas de potencial risco para a reputação sejam identificadas relativamente às operações ou serviços que facilitam por conta de clientes.
- A gestão das partes interessadas é praticada para garantir resultados positivos que advém de factores externos fora do controlo do banco.

O Standard Bank reconhece que actividades e eventos externos relacionados com o banco desempenham um papel importante na forma como são percebidos pelas partes interessadas. O banco tem políticas e procedimentos de comunicação formal, tais como políticas de redes sociais e política de guia de marca/estilo, que permitem ao banco gerir a marca/construção da reputação, representação do banco perante a imprensa e um planeamento prévio de como os incidentes que podem potencialmente impactar a reputação do banco devem ser geridos.

Estas políticas e procedimentos descrevem o papel, responsabilidades e processos para a gestão pré e pós ocorrência de um evento de risco reputacional. Para garantir que acções proactivas são levadas a cabo na gestão do risco reputacional, o banco monitora toda a informação publicada, seja ela verdadeira ou falsa em blogs, fóruns de opinião, redes sociais ou artigos, para responder adequadamente em linha com as políticas e procedimentos definidos.

Para atingir este propósito, o banco desenvolveu e colocou em prática o seguinte:

- Ferramentas de monitoria e recursos humanos que detectam todas as publicidades negativas ou ilegítimas sobre o Standard Bank em publicações impressas ou online e responde se necessário;
- Parceiros de monitoria da media para auxiliar no rastreio de eventual menção do nome do Standard Bank; e
- Uma equipe de gestão de crise que compreende colaboradores do banco e parceiros da media que se reúnem e monitoram menções online ao Standard Bank e coordenam qualquer resposta ou sequência de respostas que podem ser necessárias para lidar com qualquer questão reputacional.

Adicionalmente, a unidade de Compliance do banco leva a cabo monitorias de conformidade para garantir uma estrita aderência aos regulamentos, políticas, procedimentos e práticas documentadas desenvolvidas pelo banco para garantir a continuidade das operações e ao mesmo tempo preservar a marca e reputação do banco.

16.3 APETÊNCIA PELO RISCO

16.3.1 DECLARAÇÃO DE APETÊNCIA PELO RISCO (DAR)

O Standard Bank define a sua apetência pelo risco para assegurar que alcance os seus objectivos estratégicos sem assumir níveis de risco que sejam demasiadamente elevados, considerando os interesses de todas as suas partes interessadas. Esta reflecte a capacidade para suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações à medida que estas se vençam, tanto em condições normais, como em condições de esforço. A declaração de apetência pelo risco (DAR) é composta por quatro dimensões:

- Capital regulamentar;
- Resultados sob esforço;
- Liquidez;
- Risco inaceitável;
- Capital económico.

Cada dimensão da apetência pelo risco tem dois níveis de fasquia definidos:

- **O factor de alerta da apetência pelo risco** serve como um factor desencadeador de aviso atempado. Torna em consideração o âmbito e a natureza das medidas da gestão a que se pode recorrer e assegura que as medidas correctivas da gestão podem ser aplicadas e impedir a quebra de um limite de tolerância ao risco.
- **O limite de tolerância ao risco** é o valor máximo que o banco está preparado para tolerar para além da sua apetência pelo risco.

Segue abaixo a declaração de apetência pelo risco:

Dimensão da DAR	Declaração	Dentro da Apetência pelo Risco	Excede a Apetência pelo Risco, mas está Dentro da Tolerância ao Risco	Quebra da Tolerância ao Risco
Capital regulamentar	Depois de absorver o impacto de eventos de esforço contidos nos cenários aprovados pela comissão de governação relevante e, se necessário, depois de levar em consideração o efeito de medidas de mitigação, o total do rácio de solvabilidade não deve ser menor que o rácio especificado, expresso em percentagem.	> 16%	14% - 16%	< 14%
Capital económico	O rácio de cobertura do capital económico para o perfil de risco corrente e futuro não será menor que o rácio especificado.	>1.15	1 - 1.15	<1
Resultados sob esforço	Depois de absorver o impacto de eventos de esforço contidos nos cenários aprovados pela comissão de governação relevante e, se necessário, depois de levar em consideração o efeito de medidas de mitigação, os resultados antes de impostos projectados sob esforço não devem cair mais do que a percentagem especificada comparativamente aos resultados antes de impostos orçamentados / projectados.	< 30%	30% - 40%	> 40%
Liquidez (medidas de esforço de curto prazo)	Os activos líquidos de alta qualidade serão suficientes para cumprir com o mínimo de requisitos regulamentares e para absorver possíveis saídas de caixa em esforço de liquidez tanto sistémico, como do banco em específico, e bem assim o efeito combinado num horizonte de curto prazo.	>105%	100% - 105%	< 100%
Liquidez (longo prazo)	O desfasamento estrutural de liquidez resultante do período de maturidade desfasado entre activos e passivos será mantido no nível da capacidade de desfasamento de liquidez (conforme definido na Política de Liquidez), garantindo recursos estáveis disponíveis para atingir o nível de demanda dos recursos estáveis requeridos.	>102.5%	100-102.5%	< 100%
Risco inaceitável	Envidar esforços para evitar exposição a eventos de risco inaceitáveis, tais como actividades que possam ter como consequência prejuízos para a reputação, actividades ilegais, violação dos regulamentos e violação de mandatos de clientes. Quando for identificado um evento de risco desta natureza, deve ser tratado com a devida urgência.	-	-	-

A apetência pelo risco (AR) é suportada por limites de tipos de risco específicos e indicadores de alerta que são consistentes com a tabela acima, por forma a garantir que as decisões do dia-a-dia não resultem em situações que possam ameaçar o cumprimento dos limites acima.

A política de apetência pelo risco do Standard Bank operacionaliza o conceito de apetência pelo risco, bem como define a estrutura de disseminação da mesma, descrevendo 3 níveis de AR:

- **AR de nível 1:** são métricas quantitativas geralmente relacionadas com recursos financeiros disponíveis (capital e liquidez) e resultados em esforço (recursos futuros).
- **AR de nível 2:** a AR de nível 2 providencia o desdobramento da AR de nível 1, para os tipos de risco. O nível 2 é definido de tal forma que possa ser acomodado na AR de nível 1. Alguns exemplos de AR de nível 2 desdobrados pelos tipos de risco incluem:
 - *Dimensões de capital* – demanda de capital pode ser desdobrado para o nível de tipos de risco;
 - *Resultados em esforço* – os resultados na componente de risco do indicador (perdas inesperadas) podem ser desdobrados para o nível de tipo de risco.
- **AR de nível 3:** esta é definida como carteira de limites, que serve de base para os níveis 1 e 2 de AR. Estas métricas são definidas e monitoradas ao nível dos tipos de risco e são detidas pelos tipos de riscos. Os tipos de riscos são responsáveis por garantir que a carteira de limites definida a diferentes níveis do banco é consistente e são definidas e aprovadas nos níveis apropriados e são amplamente congruentes com as definições de AR de nível 1 e 2.

Os limites não são necessariamente adicionáveis ou matematicamente reconciliáveis. Os limites ou intervalos de metas são definidos para garantir que a performance vai de encontro com os níveis esperados/ aceitáveis.

O cumprimento da AR é monitorado numa base mensal e reportado ao Conselho de Administração trimestralmente. Esta abordagem garante que a deterioração do perfil de risco é oportunamente identificada e atempadamente remediada.

16.3.2 GOVERNAÇÃO DA APETÊNCIA PELO RISCO

A declaração de apetência pelo risco (AR) é da responsabilidade do Conselho de Administração e é revista anualmente, sendo as revisões efectuadas de acordo com as alterações de estratégia. Os limites e a tolerância ao risco aprovados pelas estruturas de governação do risco do Standard Bank.

A Gestão do Risco, em particular, tem um papel crucial em matéria de governação da AR:

- Gere o processo através do qual a AR é recomendada e aprovada e a utilização da AR é monitorizada, mas não gera todos os elementos que são necessários para determinar um nível apropriado de AR;
- Assegura a coordenação entre as unidades de negócio e as funções financeiras;
- Recomenda a aprovação da AR ao Conselho de Administração;
- Monitoriza o perfil de risco corrente e projectado das carteiras face aos factores desencadeadores da AR e aos limites de tolerância ao risco, tanto em condições normais como de esforço.

16.3.3 MONITORIA, REPORTE E RESOLUÇÃO DAS QUEBRAS

A gestão monitora o perfil de risco corrente e projectado sob esforço e sem esforço face a estes limites para identificar as quebras efectivas ou potenciais e tomar medidas correctivas.

As quebras dos factores desencadeadores da apetência pelo risco (desde que a tolerância ao risco não seja quebrada, com uma classificação laranja) podem manter-se durante períodos curtos enquanto a gestão aplica medidas correctivas adequadas para reduzir a posição de risco até aos níveis da apetência pelo risco (AR). O estado desejado é estar dentro do factor desencadeador da AR (com classificação verde). Uma quebra de um limite de tolerância ao risco (com classificação vermelha) obriga a medidas correctivas imediatas para reduzir a posição de risco até aos níveis de tolerância, excepto se for autorizada por uma comissão de governação mandatada pela Gestão do Risco e aprovada pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

16.4 PRESSUPOSTOS DE ANTECIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

O Standard Bank, na sua relação financeira de concessão de crédito aos clientes, presta esclarecimentos aos seus clientes e fornece-lhes um plano de pagamento que possibilita, de forma simples e clara, a conferência da evolução da dívida, de acordo com as regras previstas no contrato assinado entre as partes. Também é obrigação da instituição fornecer ao cliente, aquando da formalização da operação, assim como mediante solicitação posterior, uma cópia do contrato firmado entre as partes.

No decorrer do contrato de financiamento, o cliente pode solicitar a alteração das condições do empréstimo ou optar por pagar o montante em dívida antes do prazo.

A acção de liquidação antecipada de empréstimos consiste na quitação parcial ou total de uma dívida, cujas prestações de crédito seriam recebidas mensalmente ou no período estipulado de acordo com a natureza do produto concedido e das condições do crédito, antes da sua maturidade.

A autorização para o reembolso antecipado da facilidade de crédito é sujeita, ou não, à uma comissão de penalização, em regra, determinada no contrato, considerando que o incremento adicional previamente esperado não será recebido nas datas futuras.

Verificam-se pagamentos antecipados no Standard Bank nos seguintes cenários:

- Manifestação de interesse de liquidação parcial ou total, das responsabilidades, por iniciativa do cliente: motivado por melhores condições obtidas de outros credores (instituições de crédito, accionistas, etc.) ou por estratégia financeira da empresa com excesso de liquidez.
- Manifestação de liquidação parcial ou total das responsabilidades, por iniciativa do Banco: decorrente da deterioração material, presente ou antecipada num futuro temporal previsível, da posição financeira, creditícia do cliente.

Não obstante a manifestação do pagamento antecipado ser da iniciativa do banco ou do cliente, reserva-se o banco o dever de verificação, controlo e diligência da origem dos fundos a serem usados para a liquidação antecipada do empréstimo.



COM O STANDARD BANK É POSSÍVEL

